



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**

# RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

4 a 8 de setembro de 1991  
São Paulo (SP)  
Palácio das Convenções  
do Anhembi



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DA CUT
- ESTRATÉGIA DA CUT
- CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL
- PLANO DE AÇÃO
- ESTATUTOS
- TEMAS ESPECÍFICOS
  - COMUNICAÇÃO É PODER
  - EDUCAÇÃO
  - TRABALHADORES RURAIS
  - SOBRE A QUESTÃO DA MULHER TRABALHADORA
  - MERCOSUL
  - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
- MANIFESTOS
- DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL
- DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS
- QUADRO GERAL DO CONGRESSO



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**



# RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

4 a 8 de setembro de 1991 - São Paulo (SP) / Palácio das Convenções do Anhembi

## BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DA CUT

### Balanço político

Ao longo dos anos 1980, a CUT se estruturou e ocupou um lugar de destaque como a principal referência sindical e a mais importante organização popular da sociedade civil. Reunindo trabalhadores dos mais diferentes setores da produção, a CUT passou a traduzir as aspirações das maiorias excluídas, assumindo um caráter social e de classe. Com forte atuação na luta pela democratização e contra as sucessivas políticas econômicas, a CUT conquistou legitimidade e tornou-se a principal interlocutora dos trabalhadores frente ao patronato, ao governo e aos demais segmentos da sociedade.

Nesse período afirmaram-se nossas bandeiras e luta: o não-pagamento da dívida externa, que envolve ações sindicais articuladas internacionalmente; a reforma agrária com a exigência de uma política agrícola voltada para a maioria da população; a luta por 40 horas semanais, por liberdades sindicais, livre negociação e contrato coletivo de trabalho; e a luta contra todas as formas de discriminação. Incorporamos também as questões relativas às políticas sociais, ao crescimento econômico e à distribuição de renda, base para a construção de uma sociedade democrática rumo ao socialismo.

### **Resistência – marca do período**

As grandes ações de classe se desenvolveram sob a exigência de reposição salarial e contra as políticas econômicas impostas pelos sucessivos governos, subordinados às orientações do FMI. As mobilizações dos trabalhadores e as greves gerais de dezembro de 1986, agosto de 1987 e março de 1989



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



barraram o avanço de políticas antipopulares e possibilitaram conquistas maiores do que as permitidas pela legislação salarial em vigor.

Porém, a persistência da inflação tem provocado uma progressiva redução do poder de compra dos trabalhadores. Nossa resistência às diferentes políticas econômicas e planos de arrocho impediu que os prejuízos fossem maiores, mas não se traduziu em ganho real. Nos últimos 20 anos, a participação dos salários na renda nacional caiu de quase 50% para cerca de 30%.

### 3º Concut

O 3º Congresso representou um marco na história da CUT. Ao explicitar sua concepção sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas, de luta e pela base, avançou na construção da Central como direção sindical dos trabalhadores. O Estatuto aprovado viabilizou maior democracia interna, em que o peso de cada entidade está de acordo com sua representação real, e permite à CUT cumprir o seu papel de representação dos trabalhadores organizados.

Avançou, assim, na superação da visão de CUT movimento ou partido político e impôs seu papel de negociação e contratação coletiva, funções próprias da organização sindical. Os avanços organizativos e políticos decorrentes dessas definições reafirmaram a CUT como a principal central sindical, contribuindo para o esvaziamento de outros projetos sindicais.

### Plano Verão e Greve Geral

Alguns meses após o 3º Concut, numa avaliação correta do Plano Verão, a CUT chamou e organizou a Greve Geral de 14 e 15 de março de 1989, realizando a unidade de ação de toda a classe. Foi quando enfrentamos uma discussão interna e decidimos pelo comparecimento a uma série de reuniões entre governo, trabalhadores e empresários coordenada pelo Ministério do Trabalho. Toda a Executiva Nacional compareceu e discutiu o caráter do fórum na própria reunião, rejeitando a formulação do governo. A CUT



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



apresentou sua pauta, mostrou a existência de perdas decorrentes do Plano Verão e, com a recusa do governo e dos patrões em repô-las, fortaleceu a convocação e realização com sucesso da Greve Geral.

A partir da Greve Geral se generalizaram as greves de categorias, que afetaram ainda mais a produção. Foi um processo de enfrentamento de classes no qual o governo utilizou todos os recursos para nos indispor com a opinião pública e eliminar o direito de greve (Medida Provisória 50). A pressão dos trabalhadores foi fundamental para a derrota do Plano Verão e a aprovação pelo Congresso de uma política salarial próxima de nossas reivindicações.

### **Eleições presidenciais**

As eleições presidenciais de 1989 elevaram a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros, colocando frente a frente diferentes projetos políticos numa situação de disputa de poder. A luta de classes atingiu um novo patamar e a CUT contribuiu para isso.

Reafirmando seu princípio de total autonomia em relação aos partidos políticos, a CUT decidiu no primeiro turno politizar o processo eleitoral discutindo os perfis e propostas políticas dos candidatos, comparando com as propostas da classe trabalhadora. No segundo turno, onde dois projetos de classe distintos se confrontavam e a Frente Brasil Popular unia o campo progressista, a CUT somou forças na candidatura Lula, indicando-o como o melhor candidato para a classe trabalhadora.

### **O governo Collor e a resistência dos trabalhadores**

Em janeiro de 1990, a CUT afirmava que “as perspectivas são de agravamento da crise estrutural que vive o Brasil” e, mais, que Collor não representava nenhuma possibilidade de solução para essa crise que interessasse aos trabalhadores.

O Plano Collor veio confirmar essa análise. A CUT denunciou seu caráter “recessivo, antidemocrático e inconstitucional, de confisco salarial e de renda dos trabalhadores e contrário aos interesses nacionais” e



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

afirmou que mais uma vez a classe trabalhadora arcaria com o ônus da crise econômica e social, concluindo que o plano era a primeira medida para implementação do projeto neoliberal. Isso exigiria um combate nas conseqüências imediatas e no plano global, com respostas mais qualificadas.

Confirmada a queda brusca da produção, inicia-se o processo de demissão e/ou redução de jornada com redução de salário. Coube, mais uma vez, ao sindicalismo cutista a resposta à ofensiva patronal, não aceitando redução salarial, mobilizando os trabalhadores e exercendo o seu papel de representação nas negociações com os empresários.

No momento seguinte, mesmo com dificuldades, generaliza-se um processo de greves por reposição salarial. Avaliando a possibilidade de unificação das lutas, a CUT chama uma Greve Geral. Porém, comete o erro de marcar o dia 12 de junho, data indicativa que logo se transforma em definitiva. Mas, devido à pulverização das lutas e das negociações, a greve não se concretizou.

A Executiva Nacional ampliada com representações dos Estados e categorias, após avaliar as dificuldades de mobilização, concluiu pela necessidade de mudar o caráter para greve nacional das categorias em luta. Atitude que significou o reconhecimento das condições objetivas daquele momento, não levadas em conta por aqueles que, de forma sectária e despolitizada, priorizaram a disputa interna em detrimento da unidade de ação dos trabalhadores. Nossa tática possibilitou que diversas categorias em nível nacional conquistassem reajuste acima da Medida Provisória, transformando-a de teto em piso de negociação.

### **Plenária Nacional de agosto/1990**

A Plenária Nacional foi realizada num momento em que precediam grandes campanhas salariais, com aceleração da inflação, aumento do desemprego e uma série de medidas provisórias atacando os salários. Esse quadro colocava a necessidade de uma resposta de conjunto, qualitativamente superior. Estava claro que não bastavam apenas lutas isoladas por categoria. Era necessária uma ação conjunta em que a CUT



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

centralizasse um processo de mobilização/negociação, cumprindo seu papel de central sindical. Não bastava só reivindicar, era necessário discutir também as grandes questões nacionais.

A Plenária deliberou pela realização de uma Campanha Salarial Nacional de todos os trabalhadores, com uma pauta de reivindicações, calendário de mobilizações, negociações articuladas e centralizadas nacionalmente. No entanto, essas deliberações não foram suficientes para combinar a dinâmica das categorias com greves e negociações unificadas. Prevaleceu a cultura corporativa e a tradição da CLT, que impõem a negociação por categoria tendo como referência apenas a data-base.

No setor público federal e nas estatais, profundamente atingidos pelo Plano Collor, a ação sindical se concentrou na luta por reposição de perdas e contra as demissões. Não conseguimos um diálogo com a sociedade em que essas reivindicações aparecessem integradas à defesa do patrimônio e à melhoria dos serviços públicos. O que seria de fundamental importância no período em que se desenvolve uma campanha articulada contra o “gigantismo” e a “ineficiência” do Estado visando a privatização.

### A CUT e as negociações

Em junho, quando o Plano Collor já apresentava suas primeiras dificuldades, o governo chamou a CUT para uma discussão, que enfrentamos exigindo a readmissão dos trabalhadores no serviço público. Isso fez o governo se retirar da negociação, alegando intransigência da Central.

Em setembro de 1990, o governo volta a insistir numa negociação tripartite, desta vez acenando com a discussão de temas gerais e até consensuais, como a erradicação da pobreza. Cumprindo as resoluções do 3º Concut, que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária Nacional de agosto, que compreendeu a necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços, a CUT, após uma consulta democrática às suas instâncias de base, compareceu ao fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical.

O governo buscava implementar sua proposta de modernização conservadora, apelidada de projeto



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



neoliberal. Para tanto, trabalhava com o objetivo de isolar e enfraquecer a CUT, desenvolvendo um novo sindicalismo oficial, através dos adesistas do movimento sindical. Nesse contexto, empresários e governo tentavam impor a necessidade de um

“entendimento nacional”, precedido de uma trégua entre capital e trabalho.

Através da tática de comparecer para disputar com governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo num fórum de negociações, em que reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamento de trabalhadores rurais e reversão de demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão.

A CUT enfrentou algumas dificuldades nesse processo, pelo equívoco de setores minoritários que, desrespeitando a democracia interna, decidiram encaminhar na base contra as deliberações da Central. Assim, cada assembléia, em vez de organizar a mobilização dos trabalhadores, se transformava em reavaliação da deliberação de comparecer às negociações, disseminando a desinformação e confundindo propositalmente e de má-fé o processo de negociação com

“pacto social”, fazendo coro com os patrões e o governo.

A centralização do debate nesta falsa polêmica, fruto de uma concepção que restringe a atuação da Central a ações diretas e de caráter econômico, serviu a dois objetivos. Primeiro, para mascarar a incapacidade que esses setores têm para mobilizar a base de seus sindicatos. Assim, transferem seu imobilismo para o setor majoritário, que estaria “substituindo a mobilização por negociação”. Esse argumento não resiste aos fatos, traduzidos no fortalecimento da Central e no seu credenciamento junto à sociedade, bem como no sucesso das greves desse período. O segundo objetivo, eleitoreiro, consistia em precipitar a discussão interna a respeito da direção, visando o 4º Concut.

A Direção Nacional impediu que essa concepção desarmasse os trabalhadores no necessário enfrentamento global do projeto do governo. A participação da CUT no fórum foi um obstáculo decisivo para



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



os objetivos do governo, que se manteve intransigente em cima de seu projeto antipopular. A CUT contribuiu, assim, para o isolamento do governo Collor e o desmascaramento de sua política econômica.

Ao mesmo tempo, credenciou a CUT junto à sociedade e ao conjunto da classe trabalhadora para desenvolver uma política de combate global ao projeto neoliberal, o que possibilitou, entre outras coisas, a constituição do Fórum Nacional contra a Recessão, a partir de chamamento da CUT.

Paralelamente, Collor lança no final de janeiro a versão piorada do seu plano econômico: o Plano Collor 2. Através do congelamento de preços e salários, o governo pretendia realizar um ajuste fiscal e monetário, além de recuperar a capacidade de gerir a política econômica que estava em vigor, mas sem alterar a concepção inicial. A CUT avalia que “a recessão não é o caminho para se combater a inflação. A recessão é a forma de transferir o ônus do ajuste aos trabalhadores e manter a acumulação de renda”. A CUT e o recém-criado Fórum vão à luta por “outro caminho já, sem recessão, inflação e miséria”, contra o Plano Collor 2.

A mobilização acirra-se, mesmo em meio a dificuldades. No dia 15 de março, os trabalhadores realizam protesto nacional pelo primeiro ano de Collor no governo. Vem abril e as mobilizações continuam. A “jornada de abril” aponta lutas pela defesa da previdência, aposentadoria por tempo de serviço, saúde pública e gratuita, do patrimônio e serviços públicos, ensino público gratuito e de boa qualidade em todos os níveis, reforma agrária e contra a violência no campo.

No final de abril, a CUT propõe e o Fórum endossa a realização de uma Greve Geral nos dias 22 e 23 de maio, com um caráter eminentemente social e de protesto.

### **E o Brasil protestou**

Embora os meios de comunicação insistissem na tese de que a Greve Geral tinha fracassado, utilizando para isso um grande espaço editorial, com notícias, artigos, charges e inclusive declarações de sindicalistas e políticos, informações dos próprios jornais e da central de informações da CUT dão conta de que, apesar





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



das dificuldades, o Brasil protestou de ponta a ponta. Houve paralisações em todas as capitais e em centenas de municípios do interior. Nas ruas, passeatas de trabalhadores, estudantes, aposentados, donas-de-casa, militantes políticos e movimentos populares.

Ao todo, 18 categorias por ramo de atividade econômica participaram das paralisações, o que afetou direta ou indiretamente 19,5 milhões de trabalhadores.

Os objetivos foram alcançados. Depois de 14 meses sob a pressão de medidas provisórias antipopulares, a sociedade respondeu a Collor com seu protesto.

Em contrapartida, a burguesia contra-ataca. Tenta demonstrar à opinião pública o perigo que a CUT representa. Mas, enquanto isso, a crise se aprofunda. Cai o consumo de alimentos básicos, aumenta o número de desempregados em São Paulo, o salário médio do brasileiro é o menor desde 1985 etc.

A Greve Geral foi apenas o primeiro passo. As mobilizações devem prosseguir. Agora, mais do que nunca, os sindicatos e setores democráticos da sociedade precisam retomar as ruas e impedir o aprofundamento da crise. Novas greves gerais não estão descartadas. A CUT, por sua vez, também irá ao Congresso Nacional exigir o atendimento das reivindicações dos trabalhadores (política salarial e salário mínimo decente e plano de custeio da Previdência) e/ou impedir que direitos constitucionais sejam derrubados, tal como barrar a proposta de organização sindical do governo.

### **Balanco organizativo**

O 3º Concut deliberou sobre nossa estrutura organizativa, a ser implantada através da luta e definida da seguinte maneira:

- a) Estrutura horizontal: CUT regional, CUT estadual e CUT nacional.
- b) Estrutura vertical: comissão sindical de base (local de trabalho, empresa ou fábrica), sindicato de base (organizado por ramo de atividade), departamento estadual por ramo de atividade e departamento nacional por ramo de atividade.



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



É positiva a avaliação do avanço de nossa estrutura horizontal: hoje temos CUTs em todos os Estados e o sistema de cobrança centralizada das contribuições dos sindicatos fez avançar na sustentação financeira de nossa organização horizontal. Como o processo de implantação começou do nível mais alto (ou mais abrangente – CUT nacional) para o mais baixo (ou mais restrito – CUT regional), o inferior apresenta problemas – a menor implantação da CUT é nas regionais, cujo papel é muitas vezes cumprido pela estadual.

Devido ao monopólio da representação sindical, imposto pela legislação, nossa tática foi conviver com o sindicato da estrutura oficial, que, mediante processo de filiação, integra a estrutura da CUT. Organizados por categoria, segundo critérios originalmente definidos pela extinta comissão de enquadramento sindical do Ministério do Trabalho, estes sindicatos deveriam ampliar sua base de representação passando para os *ramos de atividade*. Esses *ramos*, embora descritos como mais abrangentes que as *categorias*, não foram definidos pelas resoluções da Central.

Poucos avanços ocorreram no sentido de unificar as bases de sindicatos para tornar mais ampla a sua representação sindical. E os departamentos profissionais fundados (Bancários, Metalúrgicos, Petroleiros, Vestuários, Químicos, Rurais, Educação, Saúde, Transportes, Urbanitários e Comerciais), com poucas exceções, reproduzem categorias tradicionais a partir das mais mobilizadas e de representação mais abrangente.

É necessário que se defina o número de ramos de atividade que queremos para implantar a nossa estrutura vertical. Assim, devem funcionar como organizações sindicais da CUT, encaminhando a organização dos trabalhadores e exercendo, através de negociações mais amplas e contratos coletivos de trabalho, as funções sindicais objetivas.

A definição de comissão sindical de base como nossa organização de local de trabalho não foi suficiente para o movimento sindical cutista partir para sua efetiva implantação e, conseqüentemente, consolidar na base a estrutura sindical da CUT e acabar com a multiplicidade de organizações sindicais dentro de uma



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

mesma empresa, imposta pela estrutura sindical oficial.

É inegável o crescimento da CUT e sua presença nas lutas da classe trabalhadora, mas consideramos que ela ainda se encontra em processo de construção na transição por que passa o movimento sindical brasileiro. A CUT ainda convive com seqüelas de 50 anos de tutela do Estado, da CLT e do peleguismo. Uma análise mais detalhada mostra que temos importantes problemas a serem enfrentados e resolvidos, quer nas definições estratégicas e na política de organização e auto-sustentação financeira, quer nas questões de funcionamento democrático das instâncias da Central. Ainda não foi substituída integralmente a velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical por aquela que queremos, bem como não conseguimos implantar a contento a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT. Os princípios, diretrizes, formas de organização contidos no Estatuto da Central são pouco observados pelos sindicatos filiados, mesmo com a criação e organização de diversas entidades de base, comissões de base, CIPAs, associações de funcionários etc., esta política não tem sido implementada em larga escala, como deveria ser. Por outro lado, é preciso superar o modo compartimentado como algumas das secretarias executivas funcionaram num determinado período, de forma a buscar uma maior integração com as demais instâncias da Central.

### **Organização da CUT no campo**

A partir dos anos 1980, a oposição ao sindicalismo oficial e assistencialista implantado pela ditadura militar avançou para a construção de um novo sindicalismo, consolidando para os sindicatos rurais o papel de principal instrumento de luta e de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Iniciou-se, assim, o processo de implantação da CUT no campo, através de um trabalho coordenado pela Secretaria Rural, que culminaria com a criação do Departamento em abril de 1988. A Central, que já era uma referência nacional para os trabalhadores rurais, avançava para se afirmar como direção efetiva das lutas no campo, a partir do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, que esteve presente nas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



principais lutas, bem como em vários acontecimentos, como a Greve Geral de março de 1989.

Além disso, avançou em questões estratégicas, como a elaboração do projeto de lei agrícola da CUT, disputou a direção política das principais campanhas de assalariados rurais, participou em ocupações de terras e com importante atuação nas questões relacionadas com a saúde e a previdência social do trabalhador rural, rompendo com o assistencialismo.

Essas ações resultaram em significativo crescimento da CUT no campo. No 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais, em abril de 1990, já estavam filiados à CUT 438 sindicatos e 17 departamentos estaduais rurais estavam consolidados. Além disso, hoje temos nove federações estaduais no campo da CUT. O Congresso tornou-se um marco histórico para a organização sindical rural, aliando as reivindicações específicas do meio rural às lutas gerais da classe trabalhadora.

Apesar dos avanços em nossa organização, é preciso destacar que o desenvolvimento capitalista da agricultura fez surgir uma enorme diversidade na base do movimento sindical rural. Com isso, surgiram formas alternativas de organização, como as associações de agricultores, os atingidos por barragens, o movimento dos sem-terra, dos seringueiros etc. Realizar a unidade nessa diversidade de expectativas e de formas de organização traduz o grande desafio para a consolidação da CUT no campo nos anos 1990.

## ESTRATÉGIA DA CUT

A CUT é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos de nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática, organizando autônoma e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

independentemente os trabalhadores, condição *sine qua non* para se chegar ao socialismo.

Desde sua fundação, em 1983, a CUT cresceu a partir do combate à estrutura sindical oficial e da organização e mobilização dos trabalhadores para o enfrentamento da ditadura militar, da transição conservadora e do chamado projeto neoliberal.

As mobilizações de massa e as lutas de resistência contra os ataques do capital são estratégicas como principal instrumento de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e fundamentais para fazer frente ao poder econômico, ao controle político e ao monopólio da informação exercidos pelas classes dominantes.

O ascenso das lutas conduzidas pela CUT foi decisivo para a elevação do nível de organização e de consciência política dos trabalhadores. Esse ascenso teve seu momento alto nas eleições presidenciais de 1989, com a polarização, no segundo turno, entre dois projetos de classe distintos e antagônicos, em que a candidatura Lula representou o maior acúmulo de forças populares na história do país.

A persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular.

Considerando que o debate sobre o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento ocupará o centro das atenções nos anos 1990, a CUT deve intervir decisivamente nesse debate incorporando novos temas, atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados, dos setores desorganizados ou excluídos do mercado formal e dos novos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico-produtiva no país e no mundo.

Para tanto, é necessário articular nossa estratégia em torno de sete eixos centrais:

a) Combinar as lutas por categorias com as mobilizações gerais, assumindo o papel de sujeito social nas lutas pelos interesses econômicos, sociais e políticos da classe trabalhadora, não se



fechando no corporativismo nem no economicismo.

b) Fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência etc.), especialmente no caso daquelas que condicionam os níveis de emprego, salário e renda do trabalhador. Para isso, é preciso destacar a importância da mobilização e defesa dos direitos dos 30 milhões de assalariados sem carteira assinada, dos sem-terra, sem-teto, das crianças de rua etc.

c) avançar na articulação com os setores democráticos populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como a defesa do direito à cidadania, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros.

d) Lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, negando os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução da questão social. Trata-se, portanto, de promover a democratização do Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. Para isso, é fundamental a criação e o fortalecimento de órgãos de controle da ação estatal. Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicita as intenções de seus atos.

e) Priorizar e intensificar o trabalho de organização de base, consolidando a estrutura da CUT, condição indispensável para a viabilização da proposta de contrato coletivo em estreita relação com o processo de permanente educação sindical e política dos trabalhadores.

f) Inserir-se política e organicamente no movimento sindical internacional, interferindo no debate sobre



modelos de desenvolvimento, como forma de enfrentar os novos desafios colocados para os trabalhadores, particularmente no que se refere à modernização técnico-produtiva, às novas tecnologias e processos de trabalho e à ação sindical transnacional. Priorizar o enfrentamento da dívida externa, do meio ambiente e do desenvolvimento, temas de interesse internacional.

g) Lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa, passo indispensável para a construção de uma nova mentalidade social, e para o êxito da nossa estratégia.

## CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

### Conjuntura internacional e os trabalhadores

Os últimos anos registraram grandes mudanças no cenário internacional. Além da aceleração das tendências apontadas no 3º Concuto (com o aumento das inovações tecnológicas e da transnacionalização da economia e da política), verificaram-se profundas transformações nos países do chamado “socialismo real” e se aprofundaram a crise econômico-social e a subordinação dos povos do chamado Terceiro Mundo.

Nos países capitalistas avançados, as transformações das últimas décadas estão associadas à constituição de mercados supranacionais, à incorporação de novas tecnologias e à concentração de riquezas e poder nos países centrais, sob controle dos grandes grupos econômicos. Ao invés de melhorar a distribuição de renda, o crescimento econômico nesses países tem implicado aumento do desemprego, desregulamentação do mercado de trabalho e supressão de conquistas sociais, gerando o fenômeno da “nova pobreza” e ampliando a discriminação no mercado de trabalho das mulheres, dos imigrantes e dos idosos.

Essas mudanças tiveram duas características básicas. Por um lado, presenciamos a ofensiva conservadora representada pelo neoliberalismo, que foi a resposta das classes dominantes à crise dos anos 1970 nos países centrais. O neoliberalismo busca redefinir as bases da acumulação através do ataque direto





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



aos salários e às condições de trabalho e emprego, da restrição às conquistas sindicais e sociais e do desmonte e privatização do Estado.

Por outro lado, registraram-se mudanças no plano geopolítico. Primeiro, observamos a separação entre poder militar, que continua sob controle dos EUA e da URSS, e poder econômico, que se descentraliza com o surgimento de novos pólos dinâmicos como a Alemanha e o Japão. Segundo, a propalada “nova ordem internacional” (marcada pela dissensão leste-oeste e pela perspectiva de paz mundial) cedeu lugar à instabilidade e à generalização dos conflitos regionais, com desdobramentos imprevisíveis.

Os EUA buscam contrabalançar seu declínio relativo no plano econômico, traduzido na crise financeira e na ameaça de aprofundamento da recessão norte-americana, através de intervenções militares imperialistas, como no conflito do Golfo. Por outro lado, a Comunidade Européia começa a enfrentar sérios problemas no processo de unificação, com as conseqüências da queda do Muro de Berlim, da abertura do Leste europeu e do predomínio de interesses nacionais dos países da CEE.

Nos países do bloco socialista, as transformações dos últimos anos estiveram associadas ao esgotamento do chamado “socialismo real”, traduzido nas reformas político-econômicas na URSS, no fim dos regimes burocratizados da Europa do Leste e na Queda do Muro de Berlim. Tal crise é usada pela burguesia internacional numa ofensiva ideológica contra as conquistas da classe trabalhadora em nível internacional, mas não significa, em nenhuma hipótese, que o socialismo morreu ou o “triunfo do capitalismo”, como afirmam os ideólogos de direita.

Os trabalhadores e a CUT têm como horizonte uma sociedade democrática, sem explorados e exploradores. O combate radical à miséria e à exclusão produzidas pelo capitalismo e a crítica às experiências do socialismo que efetivamente aconteceram devem ser o ponto de partida para a construção de um novo projeto de sociedade, socialista e democrática.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Na América Latina

Finalmente, a última década registrou o aprofundamento da miséria dos povos do Terceiro Mundo, em particular da América Latina. Ao lado de mecanismos tradicionais de transferência de riquezas, como a dívida externa, ampliaram-se as dificuldades para a retomada do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o quadro social tem se agravado em função das políticas neoliberais ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial que não representam uma solução para a inflação crônica na América Latina e preservam as formas autoritárias de gestão da economia herdadas dos regimes militares.

O governo norte-americano de George Bush tem um plano para a América Latina. Um plano que questiona a soberania nacional e pretende recolonizar o continente: a “Iniciativa para as Américas”. Este plano vai ampliar a miséria, à medida que exige o fim do pagamento da dívida externa. Por outro lado, necessita do total controle sobre a soberania dos continentes americanos. O grande empecilho até aqui é a existência soberana de Cuba. Bush vem executando um bloqueio econômico contra Cuba para preparar uma intervenção militar. Esse ataque só poderá ser freado com a mais ampla unidade dos trabalhadores. Defender a propriedade social em Cuba reforça a defesa das conquistas sociais em todo o continente.

A CUT deve colocar-se em defesa da soberania nacional cubana, contra o imperialismo, exigindo o fim do bloqueio econômico e contrapondo-se à agressão militar!

Os trabalhadores e a CUT têm como horizonte uma sociedade democrática, sem explorados e exploradores. O combate radical à miséria e à exclusão produzidas pelo capitalismo e a crítica às experiências do socialismo que efetivamente aconteceram devem ser o ponto de partida para a construção de um novo projeto de sociedade, socialista e democrática.

## A integração latino-americana e o Mercosul

O movimento sindical de alguns países da América Latina tem ainda que se defrontar com a lógica das transnacionais, o que requer uma articulação no âmbito do Terceiro Mundo. Longe de significar uma postura





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



terceiro-mundista, essa articulação é indispensável para o enfrentamento do processo de transnacionalização da economia e da política. Devemos combinar a articulação orgânica no plano regional, principalmente na América Latina, com a articulação no plano internacional mais amplo, com organizações sindicais nacionais de todo o mundo.

O processo de integração regional no Cone Sul (batizado de Mercosul), que envolve Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, por exemplo, é pautado pelo receituário neoliberal e exige respostas do movimento sindical que ultrapassem a esfera de atuação nacional. O movimento sindical não pode se colocar à margem dos acordos comerciais firmados pelos governos da região. É necessário intervir nesse processo questionando o seu objetivo global e formulando propostas que preservem os interesses dos trabalhadores e das populações envolvidas.

A assinatura dos acordos comerciais entre os signatários do Mercosul e a criação do “Ministério da Integração” pelo governo Collor demonstram que esse processo encontra-se bastante avançado no plano oficial. O caráter antidemocrático e a natureza neoliberal que têm inspirado esses acordos comerciais trazem conseqüências negativas para os trabalhadores sem que os seus anunciados benefícios sejam alcançados.

A prevalecer os critérios que até agora pautaram o processo de integração regional, a tendência é de ampliação do desemprego setorial e de supressão dos direitos sociais e sindicais. A CUT deve realizar esforços no sentido de influir, juntamente com o movimento sindical dos países da região, no curso desse processo de integração, aprofundando as discussões entre os setores profissionais diretamente afetados (como metalúrgico, agroindústria e transporte).

Nesse quadro geral, marcado por um alto grau de imprevisibilidade e instabilidade, esboçam-se pelo menos duas tendências. Em primeiro lugar, o acirramento das disputas pela hegemonia mundial e o emprego da força militar na solução de conflitos regionais, que potencializam esses conflitos, ameaçam o processo de dissensão e interferem no processo de integração dos mercados mundiais.

Em segundo lugar, aprofundam-se as desigualdades entre os países capitalistas avançados do Norte e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



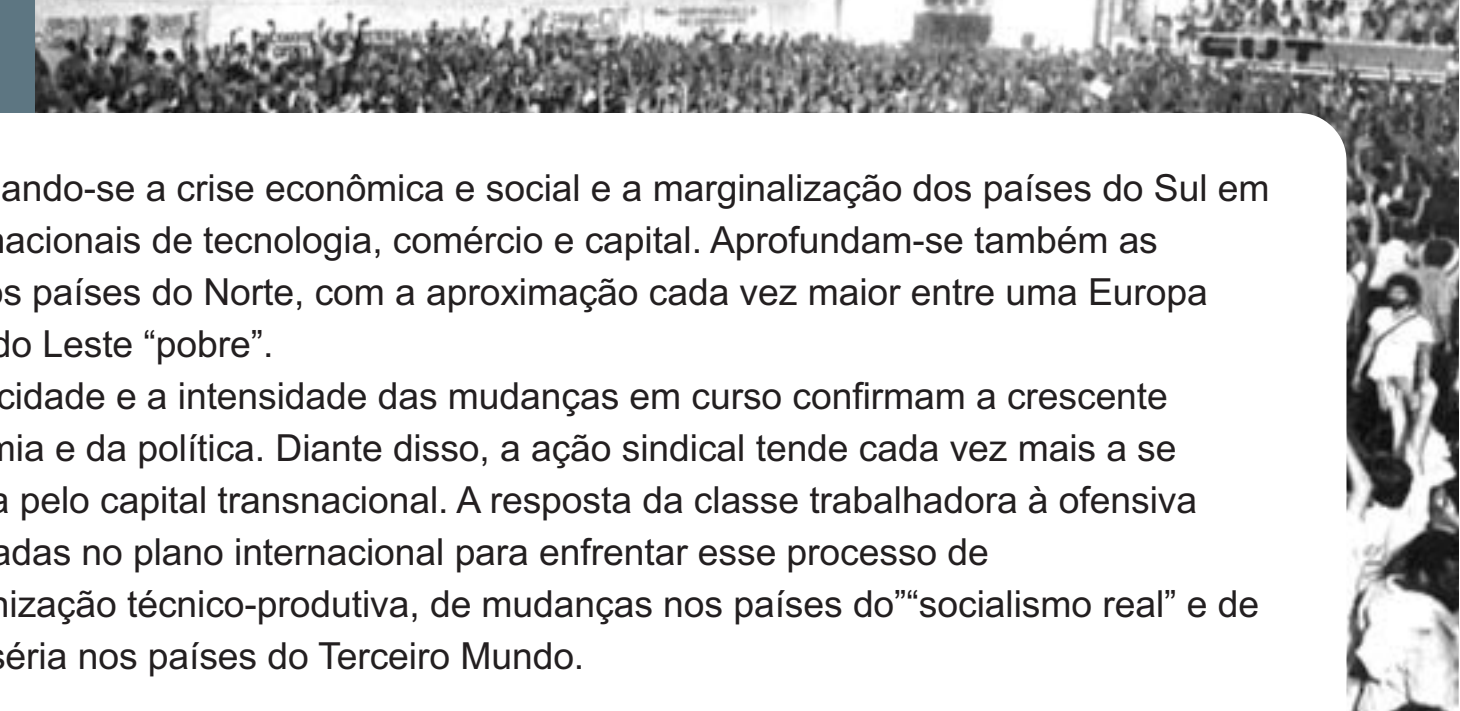
VOLTA



SEGUIE







os países pobres do Sul, ampliando-se a crise econômica e social e a marginalização dos países do Sul em relação aos novos fluxos internacionais de tecnologia, comércio e capital. Aprofundam-se também as desigualdades entre os próprios países do Norte, com a aproximação cada vez maior entre uma Europa ocidental “rica” e uma Europa do Leste “pobre”.

De qualquer forma, a velocidade e a intensidade das mudanças em curso confirmam a crescente transnacionalização da economia e da política. Diante disso, a ação sindical tende cada vez mais a se confrontar com a lógica imposta pelo capital transnacional. A resposta da classe trabalhadora à ofensiva neoliberal requer ações articuladas no plano internacional para enfrentar esse processo de internacionalização, de modernização técnico-produtiva, de mudanças nos países do “socialismo real” e de agravamento da fome e da miséria nos países do Terceiro Mundo.

### **A crise no Leste e o golpe na URSS**

A tentativa abortada de golpe na União Soviética e o início da guerra civil na Iugoslávia são os fatos mais relevantes que marcaram a situação internacional no último período. Esses fatos confirmam a nossa análise de que o cenário internacional está caracterizado por um alto grau de instabilidade e pela generalização de conflitos regionais com desdobramentos imprevisíveis. Ao mesmo tempo, revelam a dificuldade para o estabelecimento de uma “nova ordem mundial”, agora muito mais difícil de ser alcançada do que desejariam os apologistas neoliberais que pregam o triunfo do capitalismo. Se é verdade que o mundo vive um momento histórico completamente novo em relação ao período da guerra fria, está claro que esta nova era, pelo menos por enquanto, pode ser mais precisamente caracterizada como “ordem” do mundo à deriva.

A situação de guerra civil na Iugoslávia resulta da explosão dos conflitos nacionalistas represados durante o período da guerra fria e traduz o desmoronamento dos regimes burocráticos do Leste. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os europeus convivem com o fantasma da guerra no





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



seu próprio continente. Os acontecimentos na Iugoslávia também revelam as dificuldades que os países do Leste deverão enfrentar na transição do socialismo real para a “economia de mercado”. Além da eclosão das disputas nacionalistas decorrentes dessa transição, a tensão social tende a se aprofundar, sobretudo naqueles países que vêm adotando os programas neoliberais ditados pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Na Polônia, na Hungria e na Tchecoslováquia, onde esse processo está mais adiantado, assiste-se na realidade à transição do socialismo real para o capitalismo selvagem, com o aumento das taxas de desemprego, do arrocho dos salários e da adoção de políticas indiscriminadas de privatização. O ônus da transição tem sido lançado sobre os trabalhadores e os desafios para o movimento sindical são ainda maiores, considerando as dificuldades que os trabalhadores encontram para romper com a estrutura sindical herdada dos regimes burocráticos. A tentativa de golpe na URSS e os desdobramentos políticos que estão se produzindo tornam ainda mais imprevisível a situação internacional, afastando por enquanto qualquer possibilidade de estabelecimento de uma “nova ordem”. No plano interno, algumas consequências desta frustrada tentativa podem ser observadas. Em primeiro lugar, o acirramento dos conflitos nacionalistas e a luta de independência das repúblicas separatistas colocam a ex-URSS à beira da guerra civil. Se essa possibilidade já estava presente em virtude da gravidade da crise econômica, agora ela se tornou muito mais próxima. Em segundo lugar, o desmoronamento do PC soviético, proscrito em várias repúblicas, acirra um processo de disputa política interna, tornando imprevisível a situação no país. Apesar de derrotadas, não está completamente eliminada a possibilidade de as forças conservadoras tentarem novas aventuras golpistas.

Mesmo considerando as dificuldades que o povo soviético deverá enfrentar, a sua vitória sobre as forças conservadoras representa um importante avanço político. A resistência popular conseguiu impedir a volta da velha burocracia e mostrou que os soviéticos estão dispostos a lutar para preservar a democracia. A CUT solidarizou-se com o povo e os trabalhadores soviéticos tão logo as primeiras notícias sobre o golpe foram divulgadas. O repúdio à tentativa golpista e a solidariedade aos trabalhadores soviéticos reafirmam a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

tradição internacionalista que tem marcado a atuação da CUT, assim como o nosso próprio compromisso com a democracia.

### **A CUT e o movimento sindical internacional**

Com oito anos de história, a CUT, como efetiva referência para milhões de trabalhadores de nosso país, está diante da responsabilidade histórica de apresentar propostas para a solução dos graves problemas que estão se processando no mundo inteiro e que têm grandes reflexos sobre a América Latina e o Brasil. Isso exige da CUT redefinições nas suas políticas, principalmente no campo das relações internacionais, no sentido de colocar nossa Central como protagonista no contexto da recomposição do movimento sindical, em âmbito mundial. Credenciando-a como interlocutora dos trabalhadores brasileiros diante das estratégias do capital multinacional e dos governos.

A CUT não pode estar alheia às transformações que se operam no mundo inteiro e aos novos temas e questões que elas colocam para o movimento sindical. A CUT deve ter influência e voz ativa no cenário mundial neste momento. Já não são suficientes o intercâmbio e a solidariedade ocasionais, nem a participação como observadora e convidada fraternal nos eventos promovidos pelos trabalhadores de outros países. A CUT tem que disputar um lugar na redefinição dos rumos do movimento sindical internacional. Só mesmo com respostas conjuntas e lutas articuladas internacionalmente é que poderemos interferir no processo de integração econômica e comercial dirigidos pelos governos e os grandes monopólios industriais e financeiros, que vêm impondo um modelo de desenvolvimento que coloca na marginalidade setores da sociedade, principalmente os trabalhadores.

O 4º Concut reafirmou nosso compromisso com os princípios do internacionalismo histórico construído na tradição de luta dos trabalhadores de todo o mundo. Entende que para avançarmos nesses princípios devemos atuar com todas as forças no plano internacional, sem renunciar aos pressupostos de autonomia de nossa organização, reafirmando nossa soberania, a defesas sem sectarismo de nossa concepção



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



sindical e o combate às práticas de atrelamento dos sindicatos e dos trabalhadores aos interesses da classe dominante.

Para cumprir esta tarefa, a CUT reafirma seu compromisso com a classe trabalhadora de todo o mundo e decide relacionar-se organicamente com o movimento sindical internacional, com o compromisso de contribuir na elaboração de políticas e estratégias que possam responder aos novos desafios.

A formalização da relação orgânica da CUT junto a uma central sindical internacional deve ser precedida de um amplo debate nos fóruns da Central, principalmente com os ramos de atividades que sofrem os efeitos das transformações no cenário internacional, com o objetivo de construir a formulação da política de relações internacionais da CUT. Pois somente com a definição de uma política estratégica clara é que poderemos formalizar uma filiação.

O debate para nossa filiação internacional deve considerar a atual conjuntura do movimento sindical internacional e as diversas concepções sindicais existentes. Deve ainda desenvolver políticas de aliança que signifiquem o fortalecimento de nossos princípios e a defesa de uma concepção sindical classista e de massa comprometida com a transformação social.

A Executiva Nacional da CUT coordenará um amplo debate através das instâncias da Central para a elaboração de sua política de relações internacionais a ser concluída até abril de 1992. Ao final desse debate, uma plenária nacional definirá a política de relações internacionais e a qual das centrais sindicais mundiais a CUT se filiara.

### **A conjuntura nacional e os trabalhadores**

A crise brasileira é resultado do modelo econômico que vigora desde o pós-guerra. Esse modelo foi aprofundado pela ditadura militar e permitiu que o país alcançasse as mais altas taxas de crescimento do mundo capitalista, à custa de uma brutal concentração de renda e da exclusão política e social de amplos setores da população.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

A modernização capitalista levou à internacionalização da economia e das classes dominantes. Ao mesmo tempo em que expandiu os setores médios e a classe trabalhadora, ampliou o número de marginalizados na cidade e no campo.

O avanço do capitalismo no campo substituiu os latifúndios tradicionais por grandes empresas rurais altamente tecnificadas, ligadas ao capital transnacional e voltadas ao mercado externo. A “modernização agrícola” expulsou do meio rural milhões de trabalhadores, além de aumentar a concentração fundiária e a miséria social.

Além dos processos caóticos de urbanização e industrialização, os investimentos em usinas nucleares, no projeto Aramar (submarino nuclear), em hidrelétricas, em extração mineral e vegetal e em projetos de expansão de fronteiras agrícolas se deram de forma predatória, deteriorando ainda mais as condições ambientais, bem como em detrimento de ações prioritárias para o povo, tais como educação pública, gratuita e de qualidade, saúde e habitação.

O Estado foi o principal financiador da acumulação em favor do grande capital, agenciando os recursos captados no exterior. Sua participação se deu através de investimentos, empréstimos, subsídios e incentivos fiscais. Com isso, o setor público foi apropriado pelos interesses privados internos e externos, debilitando sua ação nas áreas estratégicas e sociais.

### **O ajuste dos anos 1980 e o agravamento da crise**

Com a recessão norte-americana e a crise da dívida externa no final dos anos 1970, esgotaram-se as formas de financiamento do modelo. Para manter a acumulação interna e gerar recursos para pagar os juros da dívida, as classes dominantes impuseram à economia o ajuste, ditado pelo FMI e pelo Banco Mundial, que está na raiz do agravamento da crise brasileira.

Esse ajuste desaqueceu o mercado interno com o arrocho salarial, o corte dos investimentos e a elevação dos juros, levou o Estado a incentivar os grandes exportadores e a estatizar a dívida externa do





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



setor privado, transferiu mais de 100 bilhões de dólares para os países ricos e gerou a dívida interna e a ciranda financeira.

A inflação crescente dos anos 1980 é uma das consequências desse ajuste. Ela é o mecanismo que mantém a acumulação de capital numa economia estagnada e com tantos problemas estruturais. Nesse sentido, a inflação é essencialmente um mecanismo de transferência de renda que alimenta o chamado conflito distributivo.

No campo social a situação é dramática. Segundo a ONU, o Brasil é o terceiro país que mais concentra renda, ficando atrás apenas de Honduras e Serra Leoa. É também o 51º país no mundo em desenvolvimento social, ao lado do Paraguai e atrás de Argentina, Chile e Costa Rica. Quase a metade da população vive abaixo da linha de pobreza, e os salários, que apropriavam cerca de 50% da renda nacional na década de 1970, detêm atualmente menos de 30%.

Nas cidades os investimentos governamentais em programas habitacionais para os trabalhadores são cada vez menores. Aliado ao violento processo de concentração de renda e aos mecanismos perversos da especulação imobiliária, o governo vem desviando para o mercado financeiro, através da CEF, bilhões de cruzeiros do FGTS, dinheiro que é do trabalhador e que deveria ser investido no financiamento de construção de casas populares e saneamento básico. Tudo isto tem feito com que o acesso dos trabalhadores à moradia, ao transporte, ao saneamento, ou seja, às condições dignas de vida nas cidades, fique cada vez mais distante.

No setor rural, além da diminuição da população no campo e da concentração de terra, a expansão capitalista e o ajuste estrutural provocaram mudanças nas relações de produção que diversificaram o perfil do trabalhador rural (assalariados, meeiros, posseiros, pequenos agricultores e sem-terra).

A concentração de terra é uma das maiores do mundo. Os dados mostram que 52,9% do total de propriedades possuíam, em 1985, menos de 10 hectares e ocupavam apenas 2,7% da área total. Enquanto isso, 0,8% dos estabelecimentos com mais de mil hectares ocupavam 43,7% da área total.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Brasil – concentração de terra – 1985

Extrato de área	% dos estabelecimentos	
	do número total	da área total
Menos de 10 ha	52,9	2,7
de 10 a 100 ha	37,1	18,5
de 100 a 1000 ha	8,9	35,0
mais de 1000 ha	0,8	43,8

Fonte: IBGE e DESEP/CUT.

A luta popular pela reforma agrária tem sido alvo de violenta repressão por parte do Estado e dos latifundiários. Nos últimos seis anos, 626 trabalhadores foram assassinados, sendo a maioria lideranças sindicais, o que revela o caráter seletivo dessa violência.

As condições sociais também são drásticas no campo. Em 1985, 66% das 35 milhões de famílias não tinham luz elétrica, mais de 90% delas não tinham fossas ou esgotos e cerca de 50% em idade escolar eram analfabetos.

### Transição conservadora e eleição presidencial

O governo Sarney coroou a transição conservadora e a crise dos anos 1980. Foi o período de maior inflação, maior evasão de divisas e maior concentração de renda da década. A fragilidade política do governo deu margem à consolidação de diferentes projetos de enfrentamento da crise, confrontados na



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



SAIR

polarização político-ideológica da sucessão presidencial.

Os avanços na organização social, a consolidação do novo sindicalismo da CUT, o crescimento dos partidos de oposição, a campanha das Diretas Já, o Congresso Constituinte e as eleições presidenciais de 1989 ocorreram no mesmo período de agravamento da crise. A presença ativa das forças populares e a crise econômica e social forçaram o ritmo da transição, obrigando a um novo arranjo entre as classes dominantes. O crescimento do movimento grevista é a principal expressão da resistência popular ao ajuste estrutural da década.

### Greves e grevistas nos anos 1980

Ano	Greves	Grevistas
1982	147	695.930
1983	330	3.187.130
1984	443	1.616.790
1985	676	6.071.214
1986	1.267	8.254.140
1987	1.052	12.047.000
1988	849	8.213.899
1989	1.548	10.082.330

Fonte: DESEP/CUT.



Contudo, os avanços no campo democrático e popular não conseguiram reverter os efeitos do ajuste e da crise. Em razão de sua persistência e aprofundamento nos últimos anos, o quadro econômico e social desta década deverá ser ainda pior do que o dos anos 1980.

Por outro lado, a organização política da sociedade ainda é frágil, a maioria dos partidos não tem representatividade real, os sindicatos têm baixos índices de filiação, a democracia não está plenamente consolidada, as classes dominantes exercem o monopólio da informação e grandes parcelas da população estão ausentes da vida econômica e política nacional.

No segundo turno da eleição presidencial confrontaram-se dois projetos nacionais, com diferentes propostas de enfrentamento da crise e de retomada do desenvolvimento. De um lado, o projeto neoliberal propôs a modernização com base na internacionalização da economia sob o controle do grande capital transnacional, no desmonte e na privatização do Estado e na quebra das resistências organizadas da sociedade.

De outro, o projeto democrático popular unificou a esquerda e os setores progressistas propondo o desenvolvimento econômico pela via da distribuição da renda, do aprofundamento da democracia e da organização da sociedade. A união dessas forças em torno de um projeto nacional culminou numa história de avanços e conquistas iniciada ainda sob o regime militar.

A sucessão presidencial abriu uma nova fase na ordenação política do país, que deverá prosseguir com a regulamentação de diversos dispositivos da Constituição de 1988, a revisão constitucional de 1993, o debate sobre o parlamentarismo e as eleições de 1994.

Além disso, os temas levantados pelos projetos em disputa e os primeiros meses do governo Collor colocaram, para todas as forças políticas e sociais, desafios importantes para sua intervenção no debate nacional.

## Governo Collor

O balanço do governo Collor revela o agravamento da crise brasileira. A tentativa de implantação do projeto neoliberal entrou em confronto com os interesses da maioria da população. As condições sociais e econômicas se deterioraram e o capital ampliou sua fatia da renda nacional.

Os pacotes econômicos do governo seguiram a opção pela recessão, pelo desemprego e pelo arrocho salarial, em níveis piores do que os do regime militar em 1981/1983. A miséria e a concentração de renda aumentaram juntamente com as altas taxas de inflação.

### Greves e grevistas no governo Collor

Mês	Greves	Grevistas
Março	169	280.600
Abril	100	795.944
Maio	200	1.104.766
Junho	140	2.200.000
Julho	257	1.017.313
Agosto	212	1.002.616
Setembro	194	2.020.584
Outubro	208	2.666.818
Novembro	168	1.335.203
Dezembro	123	1.725.119

Fonte: DESEP/CUT.





O movimento sindical resistiu a essa política através de campanhas junto aos demais setores da sociedade e principalmente de intensas mobilizações grevistas. Ainda assim, a produção nacional (PIB) caiu 4% em 1990, a maior queda das últimas décadas. A inflação de março a dezembro foi superior a 600%. O salário mínimo perdeu 30% de seu valor real no mesmo período e o desemprego atingiu 6 milhões de trabalhadores, além do aumento da economia informal e do subemprego.

O aprofundamento da recessão e a permanência dos altos patamares de inflação em 1991 implicaram perdas salariais, aumento do desemprego, deterioração ainda maior da qualidade de vida da maioria da população e desorganização de amplos setores da sociedade, o que pode gerar situações de explosividade social.

Na área política, o autoritarismo tem sido o traço mais característico do governo. Collor vem governando por meio de medidas provisórias e de pacotes, confrontando o Congresso, a sociedade civil e o movimento social ao mesmo tempo em que busca viabilizar uma alternativa pelega no campo sindical a partir do sindicalismo de negócios.

Essa ofensiva se caracteriza pelo projeto de implantação do “Estado mínimo”, conjunto de providências racionalizadoras e de busca da eficácia desprovidas de pressupostos democráticos, permitindo que o acesso às decisões seja exclusivo dos interesses dos grupos privados. Absolutiza-se a suposta capacidade do mercado de regular por si só a economia, desvinculada do fortalecimento dos mecanismos democráticos e de controle social. Isto é, a idéia de recriar a nação como um reflexo da ação do mercado, onde este regularia todas as esferas da vida social. Seria o reino do mercado e da completa mercantilização das relações sociais acoplado a um processo de “despolitização da política”, negação dos partidos e amesquinamento da democracia e de suas instituições. Com o primado do mercado privado sobre o público e a democracia entendida apenas como um ato isolado (eleições, por exemplo), chegamos também ao projeto da “democracia mínima”. A resistência da sociedade, o agravamento da crise, a debilidade das bases



de sustentação e o autoritarismo de Collor levam o governo para o isolamento e para o descrédito junto à opinião pública. Com os resultados das eleições de 1990, a autonomia para impor medidas unilaterais foi reduzida e Collor apela para o mesmo fisiologismo e corrupção do governo anterior.

Quanto às reformas estruturais, o governo vem adotando o receituário neoliberal. Os pacotes de política industrial, de comércio exterior e de política agrícola favorecem a transnacionalização e a desregulamentação do mercado em benefício do grande capital.

A política agrária limita-se à distribuição de títulos de posse a agricultores assentados durante o governo Sarney. A meta do governo de assentar 500 mil famílias até o final do mandato desconsidera a existência de 10 milhões de trabalhadores sem-terra, sujeitos a agressões, assassinatos e injustiças ao lutarem pela terra e por reforma agrária. Não resta outra alternativa senão “ocupar, resistir, produzir” (bandeira de luta aprovada no Congresso dos Sem-Terra de 1990), como única forma de impor a reforma agrária contra o governo Collor e o latifúndio. O assentamento de milhares de famílias acampadas é uma exigência imediata a ser defendida no campo e na cidade.

Quanto à dívida externa, o governo prossegue a moratória branca de Sarney, visando ganhar tempo para sua política. Mas as negociações mostram que deverá ser fechado um acordo em bases parecidas com as que vigoraram nos anos 1980.

### **Contra o “emendão”**

A Constituição de 1988 refletiu em forma de legislação uma dada correlação de forças na sociedade brasileira e, portanto, apresenta questões bastante polêmicas segundo a ótica de quem a examina.

O movimento operário e popular reconhece que conseguiu vitórias importantes, particularmente no capítulo dos direitos sociais, mas entende também que não conseguiu fazer valer suas reivindicações em muitos outros pontos da Carta, por exemplo sobre o papel das FFAA, a reforma agrária, a destinação de verbas públicas etc.



Por isso entendemos que a luta deve continuar para alterar a correlação de forças em favor dos trabalhadores e, assim, avançar para outras conquistas quando da revisão constitucional em 1993.

Recentemente o governo apresentou a idéia de revisão imediata da Constituição como “uma das medidas” necessárias para enfrentar a grave crise econômica brasileira. Na verdade, a apresentação formal do que se convencionou chamar de “emendão” representa uma alteração de sua tática política de enfrentamento ao movimento operário e popular.

Sem base parlamentar sólida, sem aliados capazes de enfrentar a CUT no movimento sindical, o governo não tem conseguido avançar suficientemente um controle social que viabilize uma alteração duradoura da correlação de forças para uma nova estabilidade da dominação burguesa no Brasil.

O agravamento da crise e o crescente isolamento do governo ameaçam provocar uma crise de governabilidade. É sob esta ótica que devemos analisar o “emendão”. A sociedade brasileira continua a viver sob a égide da disputa de alternativas globais à crise, que teve em 1989 um dos seus momentos culminantes.

O ataque do “emendão” é claramente dirigido para os pontos que representaram conquistas na Constituição de 1988. Longe de buscar atacar os pontos centrais da crise, busca na verdade reconstituir a unidade da burguesia (via pacto com governadores) em torno a propostas que atacam o patrimônio público, os direitos em relação à aposentadoria por tempo de serviço, a estabilidade dos trabalhadores públicos, permissibilidade para reduzir salários etc.

O 4º Concut entende que aos trabalhadores cabe a tarefa de se opor decisivamente a isso, adotando não uma tática de defesa da Constituição de 1988, mas ofensivamente, através de uma ampla campanha nacional que, ao retomar o debate, altere, na atual Constituição, questões que defendemos, criticando e denunciando a estratégia do governo Collor e os efeitos danosos de sua política para os trabalhadores.

Por outro lado, a CUT reafirma as resoluções do 3º Concut de que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder. Por isso a CUT se manifesta firmemente contra





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar suas conquistas.

O combate ao projeto neoliberal assume importância na superação da crise brasileira. A capacidade dos trabalhadores de promover amplas mobilizações de massa para assegurar seus direitos no plano imediato e intervir nos assuntos de caráter nacional é vital para melhorar suas condições de vida e para a formulação de uma alternativa classista de transformação da sociedade brasileira.

## PLANO DE AÇÃO

### Política de relações internacionais

A CUT reafirma sua opção pelo internacionalismo, pela solidariedade de classe, pelas ações sindicais transnacionais e seu compromisso com a paz, o desarmamento e a autodeterminação dos povos. A CUT reafirma também as prioridades definidas no 3º Concut, que se mostraram corretas e que continuam atuais. Com base nesses princípios e prioridades, decide empenhar todos os esforços para:

- Aprofundar as relações com as centrais sindicais nacionais de todo o mundo, através do apoio e da realização de ações unitárias em torno das questões de interesse dos trabalhadores, como a luta pelo não-pagamento da dívida externa, o combate às políticas neoliberais, o enfrentamento dos processos de integração regional e de modernização tecnológica e a defesa do meio ambiente.
- Buscar uma estratégia comum para o enfrentamento desses desafios, principalmente na América Latina, considerando as particularidades de cada país, a necessidade de participação dos trabalhadores nos fóruns e organismos de decisão e o direito de acesso às informações sobre os acordos firmados entre governos ou setores empresariais. A CUT deve priorizar o intercâmbio e a cooperação com as demais centrais sindicais latino-americanas, buscando a unidade de ação na defesa dos interesses dos trabalhadores da região, através da construção de fóruns orgânicos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- Convocar uma conferência sindical unitária latino-americana com o fim de organizar a defesa comum dos povos do continente, visto que estão sujeitos, em seu conjunto, a todos os problemas decorrentes da exploração imperialista. Da dívida externa ao cólera expressam-se as mazelas da política do FMI, que hoje impõe, em todos os países, a privatização das estatais, o sucateamento dos serviços públicos, a recessão e o desemprego, o que exige uma resposta unitária dos trabalhadores latino-americanos.

- Impulsionar as iniciativas junto a organizações sindicais de outros países onde atuam empresas transnacionais também presentes no Brasil, promovendo o intercâmbio dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho e o desenvolvimento de estratégias e ações articuladas internacionalmente.

- Intensificar as relações internacionais que têm sido decisivas para o sucesso de nossas políticas estratégicas, principalmente no caso da implantação da proposta de contrato coletivo, da política de saúde no ambiente de trabalho, do desenvolvimento de atividades de apoio e pesquisa, da realização de programas de formação e do intercâmbio com as várias instâncias e organismos da CUT.

- Reforçar a prática da solidariedade internacional, através do fortalecimento da Comissão de Solidariedade da CUT, da participação de representantes das instâncias organizativas da Central em sua Executiva e da criação de comissões para o desenvolvimento de campanhas e ações concretas com trabalhadores de outros países.

- Participar e/ou apoiar, juntamente com outras entidades civis e organizações sindicais da região, a realização de uma conferência do movimento sindical sobre meio ambiente e desenvolvimento, durante a realização da Conferência da ONU sobre o mesmo tema, que se realizará no Brasil, em 1992.

- Intensificar o debate sobre o movimento sindical internacional com o objetivo de definir a relação política e orgânica da CUT junto aos fóruns e organismos do movimento sindical internacional, considerando sempre a experiência acumulada pela CUT nesses oito anos de existência e a dimensão dos novos desafios colocados para os trabalhadores de todo o mundo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



### Atuação frente à conjuntura nacional

- Combater intransigentemente o projeto neoliberal do governo Collor, bem como quaisquer planos de estabilização de caráter recessivo, antidemocrático, antipopular e contrário aos interesses nacionais, defendendo ao mesmo tempo uma política antiinflacionária que aponte para a reversão do modelo econômico, o crescimento e a distribuição de renda.

- Organizar ampla mobilização de massa contra a recessão, envolvendo todos os setores da classe trabalhadora. Para isso a CUT deverá ampliar o “Fórum Anti-Recessão”, criado por sua própria iniciativa, visando sensibilizar entidades civis, movimentos sociais e partidos políticos e promover maior unidade de ação com as várias organizações sindicais. Por outro lado, a CUT deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação. As secretarias nacionais da CUT devem sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas. Como, por exemplo, nas áreas de política habitacional e de reforma urbana, educacional, de saúde, de previdência e outras.

- Combater o desmonte e a privatização do Estado, respaldando os interesses dos trabalhadores num programa de desprivatização do Estado que recupere sua função pública, preserve os setores estratégicos e sociais e garanta a melhoria dos serviços à população. A CUT deverá constituir comitês de luta nos órgãos atingidos, articulando esses comitês entre si e promovendo manifestações gerais. Lutar pelo controle dos trabalhadores sobre o patrimônio público. Buscar a mais ampla solidariedade social a essas lutas. E promover campanhas em defesa da Usiminas, Embraer e outras atingidas.

- Implantar o contrato coletivo nacionalmente articulado, garantindo um patamar mínimo para todos os trabalhadores e preservando as particularidades de cada categoria e região do país. Para tanto, a CUT deve se consolidar, enquanto estrutura sindical, estabelecendo a partir de uma ampla discussão uma política de



transição para passar da estrutura oficial a uma estrutura sindical cutista. Porque o contrato coletivo de trabalho:

a) faz parte do contexto da luta pela erradicação das concepções e práticas corporativistas entre capital e trabalho e da prática do movimento dos trabalhadores.

b) o modelo de negociação coletiva ainda vigente mantém os princípios cardeais do corporativismo, como a interferência da Justiça do Trabalho, a negociação burocrática e a separação dos trabalhadores em categorias.

c) portanto, a proposta do contrato coletivo de trabalho deve romper com estes pressupostos, restaurando princípios como a não-dependência da data-base para as negociações, a possibilidade das centrais sindicais celebrarem acordos nacionais que normatizem contratos individuais de trabalho e as contratações coletivas de níveis inferiores, como por ramo de produção e serviço, categoria, setor ou empresa, e o fim do poder arbitral da Justiça do Trabalho.

d) para a CUT, o contrato coletivo de trabalho não é um fim em si mesmo, mas um meio para os trabalhadores alcançarem melhores condições de luta, organização e ampliação dos seus horizontes políticos.

e) a luta e a concepção do contrato coletivo de trabalho não pode levar os trabalhadores a abrirem mão de suas conquistas históricas, ainda que alcançadas no âmbito do corporativismo.

f) a luta pela implantação do contrato coletivo deve ser concomitante a uma campanha pela revogação dos obstáculos legislativos, inclusive de ordem constitucional (como a da atual competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos entre o capital e o trabalho), que bloqueiam a plena liberdade sindical.

g) a negação da intervenção do Estado na vida trabalhista não pode significar a volta da “lei da selva” do pleno liberalismo econômico. Considerando que num país capitalista a correlação de forças não é equilibrada, pendendo ordinariamente para as forças do capital, faz-se necessária a luta pela aprovação de uma legislação que garanta os direitos gerais dos trabalhadores, direitos estes que, por se revestirem de



caráter de lei, não poderão ser questionados por qualquer negociação.

h) o modelo de contratação coletiva a ser adotado pela CUT não será um fator de inibição e enfraquecimento dos sindicatos de base e dos departamentos. Os contratos nacionais se cingirão a estabelecer direitos mínimos, que poderão ser ampliados nos contratos de nível inferior.

i) para a CUT, a adoção do princípio da negociação permanente implica um reconhecimento do direito igualmente permanente da utilização de todas as formas de luta do movimento dos trabalhadores durante toda a vigência do contrato. Além do mais, não pode uma central sindical e os sindicatos disporem de um direito que, embora coletivo, é inerente a qualquer indivíduo. Ou seja, não podem as organizações sindicais se arvorarem a substituir a vontade dos trabalhadores.

j) a CUT deve orientar os sindicatos a ela filiados que têm nas bases trabalhadores sublocados à implantação de campanhas pelo fim da locação de mão-de-obra com a contratação direta de todos os trabalhadores, inclusive com cláusulas específicas nas conversações específicas de trabalhadores.

- Construir a unidade na diversidade no campo, massificar as lutas, defendendo a reforma agrária sob controle dos trabalhadores e uma política agrícola que priorize as formas associativas de produção e comercialização.

- Lutar pelo cumprimento das convenções coletivas, dos direitos dos assalariados rurais e pela implantação do contrato coletivo de trabalho, exigindo também a extensão e melhoria dos benefícios nas áreas de saúde e previdência social aos trabalhadores rurais.

- Combater todas as formas de violência, na cidade e no campo, denunciar as demissões de dirigentes sindicais e as ameaças de assassinato de trabalhadores rurais, exigindo a punição exemplar de todos os culpados.

- Lutar pela demarcação, implantação e generalização das reservas extrativistas na região amazônica como única maneira concreta de fazer frente à distribuição da floresta amazônica, promovida por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, expulsando seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, e dizimando



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

nações indígenas inteiras (como denuncia a UNI

– União das Nações Indígenas).

- Combater o monopólio dos meios de comunicação, lutando por sua ampla democratização, condição indispensável para a própria consolidação da democracia no país.

- Ampliar ações junto ao Congresso Nacional, visando influenciar nas decisões, reforçar as instituições de caráter democrático e conter iniciativas autoritárias do Executivo.

- Intervir no debate sobre a reforma constitucional procurando garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores, principalmente no que se refere ao exercício da cidadania, às conquistas sociais e aos direitos sindicais.

Garantir o imediato cumprimento dos direitos auto-aplicáveis: a utilização dos instrumentos de democracia direta e defesa do mandado de injunção.

Intervir no debate sobre o papel das Forças Armadas no sentido de sua superação enquanto força coercitiva e repressiva.

- Intervir no debate sobre as eleições de 1992 e 1994, influenciando no processo eleitoral, na ampliação e consolidação da democracia e no esclarecimento dos trabalhadores sobre a escolha de seus representantes.

- Enfrentar os novos desafios colocados para o movimento sindical priorizando as lutas pelo controle da introdução de novas tecnologias, contra a discriminação da mulher e do trabalhador negro, pela proteção do aposentado e do jovem trabalhador e pela defesa do meio ambiente.

Dinamizar a união dos mais amplos setores de trabalhadores e populares em geral, colocando no centro das lutas as necessidades vitais do povo. Para isso a CUT deve reunir, além do seu projeto estratégico, propostas de solução contra a fome, a carestia e o desemprego. Nesse sentido, devemos incorporar na dinâmica da Central os setores da economia informal e dos inativos, visando sua organização.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Lutas imediatas

### **Sobre a lei salarial**

O governo Collor já anunciou sua decisão de vetar os principais itens da lei salarial adotada pelo Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, o governo anuncia o

“emendão” – proposta de reforma à Constituição –, que visa destruir as conquistas mínimas da classe trabalhadora na nova Constituição. A CUT, que defende um salário mínimo digno e medidas reais de preservação do poder aquisitivo dos salários perante a inflação descontrolada, rejeita a vontade do governo de arrochar ainda mais o salário do trabalhador. A lei salarial adotada pelo Congresso não corresponde às exigências do movimento sindical, que deve continuar a luta pelas suas reivindicações: salário mínimo do DIEESE, recuperação das perdas e reajuste mensal automático de acordo com a inflação.

Derrubar o veto presidencial, rejeitar o “emendão”, fazer respeitar a decisão do Congresso e conquistar uma política salarial que atenda aos trabalhadores é o mínimo que se exige em nosso país. A CUT convoca o movimento sindical, as instituições da sociedade civil e todos os partidos políticos para exigir a derrubada do veto presidencial.

A CUT faz um chamado à solidariedade com as categorias em luta, particularmente bancários e petroleiros, que reivindicam uma negociação verdadeira, que respeite as necessidades mínimas da classe trabalhadora, não contemplada pelos sucessivos pacotes aplicados pelo governo.

A intransigência do Executivo, inclusive com respeito a uma lei que está longe de responder às necessidades do povo trabalhador, significa ainda mais claramente que a greve deverá ser a resposta mais adequada ao desgoverno imperante em nosso país.

### **O leilão da Usiminas**

Para barrar a política de privatizações do governo Collor, em sintonia com o FMI e o imperialismo, a



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**







CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

CUT se associa à campanha contra a privatização da Usiminas. Para construir a mais ampla unidade e bloquear a privatização, a CUT adere à preparação de uma ampla manifestação de massa, de caráter nacional, em 24 de setembro, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde o governo pretende fazer o leilão da Usiminas, conforme convocação já feita pela Prefeitura de Ipatinga e outras entidades.

### **Manifesto aprovado**

#### **Manifesto do 4º Concut sobre o 5º Congresso da Contag**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – realizará, no período de 26 a 30 de novembro de 1991, em Brasília, o seu 5º Congresso Nacional.

A CUT, em reunião de sua Direção Nacional realizada no mês de abril de 1991, definiu pela participação no Congresso da Contag, defendendo um sindicalismo de massa e de base, classista, democrático e independente do Estado e dos partidos políticos.

Essa proposta fortalece os propósitos da CUT de construir um projeto hegemônico para os trabalhadores do campo e da cidade, destruindo a velha estrutura sindical e todas as concepções que ela representa, combatendo o modelo capitalista concentrador de terra e de renda e gerador da violência e da exclusão social, econômica e política da maioria da população brasileira.

A estratégia de participação dos trabalhadores rurais da CUT no 5º Congresso da Contag deverá ser no sentido de polarizar a nossa concepção sindical com as posições políticas que representam a velha estrutura.

O 4º Concut reafirma a necessidade da unidade de ação, tanto nas lutas quanto na formação da chapa cutista, garantindo a unificação da CUT e do campo progressista contra as correntes reacionárias e a Força Sindical. Portanto, esta não é uma tarefa somente dos trabalhadores rurais, mas de todas as instâncias da Central.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Assim, os mais de 1.500 delegados de todo o Brasil presentes no 4º Concut, em São Paulo, definem as seguintes bandeiras de luta para serem levadas ao Congresso da Contag:

- Democratizar a Contag e todas as suas instâncias de deliberação, lutando pela aprovação de um novo Estatuto que coloque o Congresso como instância máxima de deliberação.
- Reafirmar o Plano de Luta dos trabalhadores rurais cutistas aprovado no 1º Congresso do DNTR/CUT.
  - a) O 4º Concut aprova que todos os sindicatos de trabalhadores rurais encaminhem a proposta de filiação da Contag à CUT.
- Garantir a constituição de uma chapa cutista, afirmando a proposta de estruturação sindical da CUT no campo.
- Estabelecer um plano de relações com outros movimentos sociais no campo, como o MST, o Movimento de Atingidos pelas Barragens, Seringueiros, entre outros.

Todos os delegados presentes ao 4º Concut não pouparão esforços para a viabilização política e material da chapa cutista no 5º Congresso da Contag.

Construir a unidade na luta, consolidando a CUT no campo.

### **Para a eleição da Contag**

Fica a Executiva Nacional da CUT autorizada a definir um rateio entre todos os sindicatos filiados para cobrir as despesas para as eleições da Contag em novembro de 1991.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## ESTATUTOS

A concepção sindical classista e combativa que nasceu no final da década de 1970 e que deu origem à CUT em 1983 teve como essência de sua luta a defesa da liberdade e da autonomia sindical.

Hoje a CUT representa a mais longa experiência de uma central sindical no país, com a característica peculiar de que sua concepção não se constitui apenas como uma articulação dos dirigentes, como em experiências passadas, mas sim como uma instituição orgânica que se propõe a representar o conjunto dos trabalhadores enquanto classe, filiados a seus sindicatos, construindo uma estrutura própria, livre e autônoma.

Nesses oito anos de experiência desenvolvemos lutas pela implantação de uma nova concepção e uma nova prática sindical, sustentadas na vontade política de construir uma sociedade nova, democrática, sem exploradores nem explorados: uma sociedade socialista tendo como base o respeito às experiências de luta desenvolvidas a partir da diversidade de nossa realidade geográfica e de categorias profissionais distintas. Temos travado muitos debates sobre qual deve ser a nossa estrutura organizativa.

No 3º Concut foram aprovadas resoluções que significaram um avanço na definição de nossa concepção de central sindical orgânica e representativa. Essas resoluções expressaram o objetivo político de transformar a CUT, passando de uma organização que se consolidou como referência para uma instituição que representa e dirige a classe.

Os avanços ocorridos derrotaram a equivocada visão de uma central sindical com o papel de apenas se constituir em movimento e articulação de lutas de contestação e resistência dos trabalhadores, que nega a estrutura e a vida orgânica, sob o argumento de que assim a Central caminharia para a burocratização.

A cada congresso que realizamos estamos redefinindo nossa Central, avaliando o caminho percorrido na superação da estrutura sindical oficial, de inspiração fascista. A experiência tem apontado para a necessidade de considerarmos aquilo que foi superado no dia-a-dia e os passos que ainda precisamos dar



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

para implantar uma estrutura própria, livre e autônoma.

Desde o 1º Concut está definido que devemos elaborar uma organização para ser implantada na prática e não para ser negociada com o governo ou com o Congresso Nacional. Por isso estamos propondo para esse 4º Concut modificações no Estatuto da CUT que garantam o aprimoramento de nossa estrutura organizativa e a superação da estrutura oficial, reafirmando nossos princípios fundamentais.

### **Foram aprovadas as seguintes modificações estatutárias:**

#### Título II

##### *Capítulo II*

##### *Dos compromissos fundamentais*

##### *Art. 4º, item I —Princípios, alínea “b”*

De acordo com sua condição de central sindical unitária e classista, garantirá o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão aos seus filiados, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida a plena unidade de ação.

#### Título IV

##### *Capítulo I*

##### *Dos níveis organizativos*

##### *Art. 14, item I – Organização vertical*





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



O sindicato da estrutura sindical da CUT é por ramo de atividade econômica. A nossa organização deve superar a organização por categoria. Para isso é necessário definir o número de ramos da estrutura vertical da CUT e estabelecer um processo de transição entre a estrutura oficial e a estrutura da CUT.

A nossa representação vertical terá o poder de representação e negociação do ramo de atividade econômica.

#### Título IV

#### *Capítulo III*

#### *Seção I*

#### *Da*

#### *configuração e constituição*

Art. 35, Parágrafo único.

A CUT regional é uma instância de representação da CUT no âmbito de sua região, subordinada às políticas e orientações da CUT estadual.

Criação da Secretaria de Organização, em todas as instâncias organizativas da Central, com a responsabilidade de elaboração e coordenação de políticas organizativas, bem como da implantação da CUT nos mais diversos ramos de atividade econômica em todo o território nacional.

A Secretaria de Organização da Executiva da CUT Nacional terá ainda a tarefa de elaborar, em conjunto com as diversas categorias profissionais e ramos de atividade, a proposta de uma estratégia para enfrentar a estrutura sindical oficial. Essa proposta será discutida e aprovada em plenária que deverá ser convocada para o mês de abril de 1992, quando serão aprovadas as regulamentações estatutárias para adaptação das modificações aprovadas neste Congresso sobre o Estatuto da CUT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE







Título IV  
*Capítulo III*  
*Seção II*  
*Subseção I*  
*Dos congressos estaduais e regionais*

Art. 39, inciso II, alínea “a”

Seus delegados serão eleitos pela instância máxima de deliberação da entidade, obedecendo ao critério de proporcionalidade estabelecido neste Estatuto, e com a presença de um representante da CUT estadual.

Título IV  
*Capítulo III*  
*Seção II*  
*Subseção I*  
*Dos congressos estaduais e regionais*

Art. 39, inciso II, alínea “d”

Cada sindicato filiado terá garantida a representação mínima de um delegado aos congressos estaduais e regionais da CUT e da sua representação vertical.

Título IV  
*Capítulo III*

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUI





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

*Seção II*  
*Subseção III*  
*Dos congressos nacionais*

Art. 44, Parágrafo único

Cabe à instância que convocar o Congresso Nacional definir o número total de delegados, garantindo o número mínimo de 2.000 delegados, definir sua pauta e estabelecer o cronograma de preparação fixando critérios e mecanismos de apresentação, discussão e aprovação de teses.

Título IV  
*Capítulo III*  
*Seção II*  
*Subseção III*  
*Dos congressos nacionais*

Art. 46, inciso II

Os congressos estaduais elegem os delegados ao Congresso Nacional entre os delegados inscritos e de acordo com o número de sindicalizados às entidades filiadas no Estado, obedecendo ao critério de proporcionalidade definido neste Estatuto.

Título IV  
*Capítulo III*



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## Seção II

### Subseção IV

#### *Da direção nacional e suas atribuições*

#### Art. 48

Será composta pela executiva nacional e mais 83 membros efetivos, representantes das CUTs estaduais e da estrutura vertical nacional da CUT, cuja representação dar-se-á de acordo com o número de sindicalizados, garantindo-se às CUTs estaduais o dobro da representação da estrutura vertical. Cada instância terá no mínimo um representante.

## Título IV

### Capítulo III

#### Seção II

#### Subseção IV

#### *Da direção nacional e suas atribuições*

#### Art. 51

A Executiva Nacional da CUT será composta por 25 membros efetivos e sete suplentes, eleitos no seu congresso nacional, para os seguintes cargos: “presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro secretário, tesoureiro, primeiro tesoureiro, secretário de Relações Internacionais, secretário de Política Sindical, secretário de Formação, secretário de Imprensa e Divulgação, secretário de Políticas Sociais, secretário de Organização e diretores executivos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Título IV  
Capítulo III  
Seção II  
Subseção  
*Da Direção Nacional e suas atribuições*

Art. 52

Compete ao secretário de Organização, em todas as instâncias organizativas da Central, a responsabilidade de elaboração e coordenação de políticas organizativas, bem como da implantação da CUT nos mais diversos ramos de atividade econômica em todo o território nacional.

A Secretaria de Organização da Executiva da CUT Nacional terá ainda a tarefa de elaborar, em conjunto com as diversas categorias profissionais e ramos de atividade, a proposta de uma estratégia para enfrentar a estrutura sindical oficial.

*Essa proposta será discutida e aprovada em plenária que deverá ser convocada entre maio e junho de 1992, quando serão aprovadas as regulamentações estatutárias para adaptação das modificações aprovadas neste Congresso sobre o Estatuto da CUT.*

Título IV  
Capítulo III  
Seção II  
Subseção V

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUI



## Item I

– Plenária nacional

Art. 55

A realização da Plenária Nacional é sempre precedida de plenárias estaduais e reuniões dos conselhos dos ramos nacionais.

A Plenária Nacional é composta por:

I – Os membros da direção nacional

II – Delegados eleitos pelas plenárias estaduais e pelos conselhos dos ramos nacionais obedecendo ao critério de proporcionalidade estabelecido neste Estatuto, garantindo-se às CUTs estaduais o dobro da representação da estrutura vertical. Cada instância terá no mínimo um representante.

III – Compete à Direção Nacional, ao convocar a Plenária Nacional, definir o número de delegados procurando garantir a relação entre o número de sindicalizados quites das entidades filiadas nos estados e nos ramos.

## Título IV

### *Capítulo IV*

### *Seção V*

### *Da representação*

Art. 72

A representação e o estabelecimento de relações internacionais da CUT são atribuições da Executiva da Direção Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR







CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



*Parágrafo primeiro.* As instâncias verticais nacionais poderão representar e estabelecer relações sindicais no seu âmbito, junto a entidades congêneres e do mesmo ramo de atividade de outros países, bem como filiar-se a organismos sindicais de âmbito internacional.

## Título VI

### *Vigência e disposições transitórias*

#### Art. 79

Caberá a Direção Nacional:

- a) Definir atribuições e funções dos membros da Executiva Nacional.
- b) Regulamentar a organização vertical da CUT.
- c) Regulamentar todas as adaptações estatutárias e submetê-las ao referendo de Plenária Nacional estatutária.

### **Desconto automático**

A partir do 4º Concut todos os sindicatos deverão autorizar o desconto automático no dia 31 de cada mês, como os sócios autorizam em folha de pagamento.

### Entidades nacionais

Sua contribuição fica com a CUT nacional e seu respectivo departamento. Impossível distribuir para os estados, em virtude dos valores e números de sócios.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





### Entidades estaduais

Sua contribuição fica com a CUT estadual. Impossível distribuir para as regionais em virtude dos valores e números de sócios.

### Pagamento de mensalidade

Qualquer pagamento de mensalidade só poderá ser feito na conta bancária da CUT nacional. As estaduais e regionais estão proibidas de receber mensalidades.

### Sede própria

Devemos fazer de outubro de 1991 a outubro de 1992 uma campanha nacional visando a construção de um fundo de investimento das CUTs nacional, estaduais, regionais e departamentos. Todos os sindicatos da CUT deverão descontar um percentual dos salários de sua base nas campanhas salariais.

## TEMAS ESPECÍFICOS

### Comunicação é poder

Os episódios que comprovam ser a comunicação uma instância de poder são inúmeros. Aqui no Brasil, entretanto, o movimento sindical e popular – inclusive a CUT— não consegue tirar as devidas conseqüências disso. Normalmente se alega que o sistema de comunicações em nosso país é monopolista e controlado com rigor pela burguesia.

Isso é verdade, mas não pode justificar uma atitude passiva, ou mesmo apenas tímida, diante da questão. A CUT, como todo o movimento sindical e popular, precisa atentar com urgência para o fato de que nada mudará neste país se também não houver mudança na comunicação.

Para que isso aconteça, é fundamental que se mude a postura diante do problema, deixando de se



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

resignar com a posição de vítima do sistema (que se limita a denunciá-lo) para passar a combatê-lo de forma efetiva, tanto através do questionamento do modelo de comunicação adotado no país quanto pela busca constante de formas concretas de romper o bloqueio imposto no setor da burguesia.

### Importância da comunicação

Não é de hoje que se sabe da importância da comunicação na sociedade. O poder tenta controlá-la ou ao menos influenciá-la. Os ditadores impõem a censura sobre ela.

A invenção da imprensa, no século XV, possibilitou a alfabetização em massa e acelerou a divulgação e o intercâmbio de idéias. O mundo moderno, com o desenvolvimento científico e o crescimento do capitalismo, seria impensável sem ela. No século XX, o progresso da comunicação se acelerou violentamente.

O rádio foi grande veículo de comunicação da Segunda Guerra Mundial. Capaz de atingir um grande número de pessoas instantânea e simultaneamente, ele projetou algumas das principais personalidades daquele conflito, como o ditador alemão Adolf Hitler, o primeiro-ministro inglês Winston Churchill e o líder da resistência francesa, Charles de Gaulle.

Para os norte-americanos, essa foi a última guerra “limpa”, porque , como não existia televisão, ninguém podia ver as barbaridades perpetradas. Já no Vietnã, com o advento da televisão, o povo dos Estados Unidos assistiu à guerra no telejornal da noite e acabou ficando contra ela, como se fosse a primeira guerra “suja” da qual participavam.

Recentemente, o mundo assistiu à sangrenta guerra no Golfo, “onde ninguém morria”. Foi uma bem-sucedida manobra de comunicação, com linguagem de *videogame*, que resgatou o conceito da guerra “limpa” e deu índices fabulosos de popularidade ao presidente dos Estados Unidos. Saddam Hussein não perdeu só a batalha dos mísseis. Perdeu a guerra da comunicação.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

## No Brasil

Aqui, quem tem idade se lembra que na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando os militares tentaram dar um golpe impedindo a posse do vice-presidente, João Goulart, a resistência democrática, com o apoio do povo e de setores das Forças Armadas, tratou de organizar uma rede de rádio, *A Rede da Legalidade*, para garantir a divulgação de sua causa. Em 1964, uma das primeiras preocupações dos militares golpistas foi controlar o sistema de rádio, já que a televisão não era ainda importante no Brasil.

Em Portugal, em 1974, uma das primeiras e mais importantes operações militares da Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura fascista, foi assumir o controle da *Rádio e Televisão Portuguesa*.

Casos como estes se repetem cada vez com mais frequência. No final de 1989, depois da queda da ditadura de Nicolae Ceausescu na Romênia, derrubado por um levante popular, o governo provisório se instalou na própria sede da televisão estatal. E no início deste ano de 1991, na Lituânia, o povo se organizou para resistir a uma tentativa de ocupação, por tropas soviéticas, na emissora de televisão, controlada pelo governo rebelde.

## Manipulação

O crescimento e o fortalecimento da organização sindical na última década, no Brasil, demonstraram como os trabalhadores são vítimas do Estado, do governo e dos patrões, através do uso e abuso dos meios de comunicação.

Neste sentido, as primeiras demonstrações claras de manobras dos meios de comunicação da burguesia ocorreram no ABC, na greve de 1980, quando a televisão, usando imagens de arquivo, informava que a greve havia acabado.

Os últimos dois anos apresentaram grandes exemplos. A começar da tentativa de descaracterização da greve de 14 e 15 de março de 1989. Na avaliação da CUT, participavam cerca de 35 milhões de trabalhadores, enquanto o governo alimentava os meios de comunicação com o número de 11 milhões.

Entretanto, o maior exemplo foi a campanha da eleição presidencial de 1989, onde pela primeira vez a classe trabalhadora sentiu-se em condições de enfrentar as elites em seu próprio campo, com suas regras de jogo, quando lançou Lula, um operário, candidato a presidente da República, constituindo-se como ameaça real ao poder das classes dominantes no Brasil. Neste caso, a manifestação dos meios de comunicação, com episódios como o uso da ex-namorada de Lula, manipulação do último debate através da *Rede Globo* na véspera da eleição e o seqüestro do empresário Abílio Diniz, foram, do ponto de vista da comunicação, elementos decisivos e que favoreceram Collor.

A exemplo do que fizeram com o Cruzado de Sarney, os meios de comunicação enfiaram o Plano Collor e uma série de medidas impopulares de seu governo na cabeça da grande maioria da população brasileira, sem oferecer nenhuma chance para o debate e a crítica. Hoje, pode-se afirmar que o isolamento de Collor só não é maior porque ele sabe, como poucos, “vender” sua imagem através dos meios de comunicação.

Hoje, no Brasil, 90% dos meios de comunicação de massa estão nas mãos de seis famílias: Marinho (*Rede Globo*), Civita (Editora Abril/revista *Veja*), Bloch (*Rede Manchete*), Levy (*Gazeta Mercantil* etc.), Mesquita (*O Estado de S. Paulo* etc.) e Frias (*Folha de S. Paulo*). A estes somam-se as ramificações como Sirotsky, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e Collor de Mello, em Alagoas. Estes veículos expressam a ideologia dos segmentos que representam. Portanto, o campo de informação é estratégico para mudar a relação de dominação existente.

### **Uma batalha de várias frentes**

Os trabalhadores sabem que no campo da comunicação se trava parte importante da luta de classes. E sabem que, por ser espaço particular de interesses das burguesias nacional e internacional, o enfrentamento é duro e se dá no campo da ideologia, do poder econômico, político, tecnológico e na esfera da elite. Enquanto os trabalhadores são levados a utilizar a recursos limitados de comunicação para sua formação, informação e mobilização, a burguesia tem acesso direto aos grandes meios, entrando em nossos lares e







CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

locais de trabalho com sua ideologia e capaz de desfazer em minutos o esforço organizativo desenvolvido pelos trabalhadores a duras penas.

Tudo mostra que a classe trabalhadora encontra-se, neste momento, diante da necessidade de ampliar seu poder de comunicação junto à base e com a sociedade como um todo. Tal ampliação depende de uma série de iniciativas que poderiam ser resumidas em duas palavras: vontade política e capacitação.

A vontade política é pressuposto. Trata-se de reconhecer o real papel da comunicação na estratégia de luta. De conceituá-la não mais como segmento estanque, acessório, mas sim como um dado central, que perpassa a organização dos trabalhadores como um todo. A comunicação, tanto aquela voltada para a base como a que se destina ao conjunto da sociedade, deve ser entendida como expressão legítima dos nossos interesses de classe. Um instrumento de formação e informação dos trabalhadores é uma arma atenta e efetiva no embate ideológico dos trabalhadores e uma arma atenta e efetiva no embate ideológico mais geral.

A vontade política deve ser traduzida em termos de uma política de comunicação que, a partir de um debate democrático, estabeleça metas, etapas, meios e formas de atuação. Sem uma política objetiva neste sentido, os trabalhadores correm o risco de, ao ampliar seu espectro de comunicação, fazer mau uso dos espaços conquistados, estreitando-os por consequência.

Não se trata, portanto, de copiar pura e simplesmente os mecanismos utilizados pela burguesia. Sem dúvida há muito o que aprender a partir do que ela conseguiu desenvolver. Mas é fundamental, no processo, criar uma prática diferenciada, uma ética que traga embutida a visão de sociedade segundo a perspectiva dos trabalhadores.

### **Democratização**

Os trabalhadores não lutam pela democratização dos meios de comunicação apenas porque desejam fatias dos privilégios da burguesia neste setor. A perspectiva é de que a referida democratização seja ao



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



mesmo tempo um instrumento e um reflexo da transformação mais ampla da sociedade. Neste sentido, a CUT deve estar presente nas pressões pela modificação da atual estrutura de comunicação do país.

Deve-se questionar os critérios de concessão de canais de rádio e televisão, que agora são prerrogativas da Presidência da República e do Congresso Nacional. Deve-se pressionar para obter alterações na legislação, que hoje praticamente impede a concessão de canais para organizações de caráter sindical ou popular.

Neste segundo semestre, um imenso número de questões serão votadas pelo Congresso Nacional. Código de telecomunicações, lei de imprensa, conselho de comunicação e regulamentação da produção artística, cultural e jornalística. São alguns dos pontos que ficaram em aberto na Constituição e implicam disputa do poder. Estes pontos podem ficar a nosso favor caso consigamos construir um amplo movimento com todos os setores organizados.

A CUT, por sua importância estratégica na sociedade brasileira, tem o dever de envolver seus milhões de trabalhadores nesta discussão. Devemos disputar um projeto de comunicação nas várias áreas de disputa ideológica que se colocam à nossa frente. Não bastam mais as palavras de ordem. Precisamos apresentar nossas propostas e nos incorporar na construção de uma frente nacional pela democratização da comunicação junto com outros segmentos da sociedade civil organizada e participar ativamente da instalação de comitês regionais pela democratização da comunicação, a exemplo do que já existe em algumas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Florianópolis, Porto Alegre, Aracaju, Cuiabá e Goiânia.

A partir disso, propomos como bandeiras de luta:

1. Manutenção do monopólio estatal das telecomunicações.
2. Elaboração de projetos de lei para:
  - Código Brasileiro de Telecomunicações.
  - Conselho Nacional de Comunicação Social.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Pela Constituição, é esse Conselho que deve dar todos os pareceres para novas outorgas e concessões para emissoras de rádio e TV e analisar os pedidos de renovação e vendas de ações destas emissoras.

- regionalização da produção artística, cultural e jornalística. Esse dispositivo quebra o conceito de rede nacional de TV e obriga as emissoras a terem um percentual de programação regional.

- dispositivo que proíbe o monopólio e oligopólio nas comunicações.

- regulamentação para as TVs a cabo.

- regulamentação das rádios e TVs de baixa potência (as rádios e TVs comunitárias).

3. Popularização destas bandeiras de luta. Colocar nas ruas a luta pela democracia e pluralidade nas comunicações, com ações práticas que possam ser acompanhadas pelos sindicatos e seus trabalhadores.

- participação ativa dos sindicatos na quinzena da comunicação, que começa no dia 10 de setembro, nas capitais onde já existem comitês pela democratização da comunicação.

- com a triplicação das frequências disponíveis para as rádios e TVs autorizadas pelo governo federal, a CUT deve entrar imediatamente com pedido de concessão para emissora de rádio e uma de TV.

- A CUT, seus sindicatos e departamentos vêm trabalhar pela implantação de rádios e TVs comunitárias em todo o país, criando um fato político e pressionando pela regulamentação. Essas emissoras podem ser colocadas no ar com tecnologia alternativa, já disponível no mercado.

- abertura de um grande debate nacional sobre a importância estratégica da comunicação na construção de um projeto para a sociedade brasileira.

### **Diagnóstico da comunicação cutista**

A imprensa sindical tem cumprido um importante papel nos últimos anos, no sentido da formação da consciência de classe dos trabalhadores, através de jornais, boletins, cartilhas, programas de rádio, entre outros.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O diagnóstico realizado durante o 1º Seminário de Política de Comunicação, que aconteceu em julho de 1990, mostrou, no entanto, que a CUT não tem uma comunicação organizada, contrariando o caráter de uma central sindical. O corporativismo ainda é muito forte (só são veiculadas as informações da própria categoria). Do ponto de vista profissional, o militantismo se mantém, e do ponto de vista político, a comunicação ainda não é considerada prioridade no planejamento das entidades sindicais.

A comunicação sindical continua sendo panfletária, usa uma linguagem pobre e ufanista. A informação, matéria-prima da comunicação, é relegada a segundo plano e, em muitos casos, é esquecida.

Nem todos os sindicatos, CUTs, estaduais e regionais têm pessoal voltado para a área de comunicação e estrutura de apoio. Nem todas as instâncias têm publicação própria, mesmo aperiódica.

Esse quadro mostra que atuamos sistematicamente a reboque da conjuntura e não rompemos com o corporativismo. A informação não flui dentro da Central, da Central para fora e muito menos de fora para a Central.

A CUT, que se reivindica classista, precisa conceber um tipo de comunicação ágil, competente, profissionalizada e politicamente voltada para sua estratégia. Nesse sentido há necessidade de uma profunda reflexão por parte de sua direção e de profissionais da área para a construção de sua comunicação e o aprimoramento da já existente.

Tendo como base estas informações e reflexões e entendendo a comunicação como estratégica no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, o 4º Concut aprovou as seguintes deliberações:

- A formação de uma central de informações da CUT, com o objetivo de fazer sua coleta de informações e garantir a circulação das mesmas, interligando as diferentes instâncias dentro da CUT.
- A mudança do nome das secretarias nacional, estaduais e regionais, passando de Secretaria de Imprensa e Divulgação para Secretaria de Comunicação, entendendo que a secretaria é responsável pela comunicação como um todo e, por isso, envolve diversas atividades com as quais trabalhamos hoje: assessoria de imprensa, elaboração de materiais impressos, de rádio, vídeo,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

publicidade e propaganda, programação visual etc.

- Edição de uma revista voltada para o debate de temas pertinentes ao movimento sindical, visando, além de informar, contribuir para a formação de quadros capacitados. Esta publicação, a cargo da Secretaria de Comunicação nacional, terá estrutura própria e será dirigida a militantes, quadros intermediários, dirigentes, CUTs estaduais e regionais.
- A implantação de um veículo próprio nas regionais que tenha a função de responder à necessidade da comunicação local. Por região deve-se entender um estado, um conjunto de estados, ou subdivisão de um estado, de acordo com as suas especialidades.
- Comunicação periódica de massa, através da mídia eletrônica (rádio e TV), principalmente pela falta do hábito de leitura da população e pela penetração destes meios. Na impossibilidade de termos esses veículos, precisamos negociar horários em rádio e TV para realizarmos programas próprios que veiculem o ponto de vista da classe trabalhadora.
- Todas as entidades filiadas à Central devem providenciar a implantação efetiva do departamento e secretaria de comunicação, bem como ter um dirigente, se possível, liberado para as tarefas pertinentes ao cargo e profissionais habilitados para a função.

## Educação

### **Concepção de escola: a escola que queremos**

#### Situação da educação brasileira

A escolarização da população brasileira apresenta alguns problemas muito graves, capazes de comprometer nosso futuro social e econômico. Um desses problemas é a baixa escolaridade da população. Das 27 milhões de crianças que conseguem matricular-se em uma escola, menos de 10 milhões chegam a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



completar as quatro primeiras séries do 1º grau e apenas 3 milhões conseguem concluir o 2º grau. Reforçando essa exclusão tão estúpida, hoje 85% dos nossos jovens entre 15 e 19 anos estão fora da escola e acabam endossando o quadro de 52 milhões de brasileiros na condição de analfabetos funcionais. Como essa situação continua a se repetir nesta década, ingressaremos no século XXI com quase 90% de nossa população tendo menos de quatro anos de escolaridade.

Outro grave problema da escolarização no Brasil é a sua distribuição desigual pela população, o que está diretamente relacionado à má distribuição de renda do país, que por sua vez é conseqüência do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, que priorizou o desenvolvimento de alguns setores e abandonou completamente os setores sociais. O setor da educação foi abandonado irresponsavelmente. O Brasil não emprega, hoje, mais de 3,6% do PIB em educação pública, enquanto países desenvolvidos ou mesmo países ainda não economicamente desenvolvidos, mas que conseguiram superar suas deficiências educacionais, empregam cerca do dobro desse valor (Canadá 7,7%, Cuba 7,1%, URSS 7,2%, Japão 5,6%).

Esses problemas são fruto também do descaso de governos para com a educação pública – a qual tem recebido pouco empenho para solucioná-los, muito menos recursos do que é necessário e possível tendo em conta nossas possibilidades econômicas. Nosso sistema educacional, em lugar de ser instrumento de promoção do desenvolvimento social e econômico da população e também um instrumento de construção da cidadania plena, continua favorecendo a elitização de alguns e a manutenção do sistema de exploração de muitos.

### A escola que queremos

Em nossa concepção, a escola pública para o trabalhador deverá ser alegre, competente, séria, democrática e, sobretudo, comprometida com a transformação social, gratuita em todos os níveis e para todos. Deverá vir a ser uma escola mobilizadora, a serviço da comunidade, centro irradiador da cultura popular, capaz de recriá-la permanentemente.



Deverá ser unitária na qualidade e no desenvolvimento de um projeto educacional e de um processo pedagógico que tenha o trabalho como princípio educativo, não no sentido de escola uniformizadora, formadora de cabeças em série, e sim um espaço sadio de pluralismo de idéias. O saber adquirido na escola, imprescindível para o cumprimento de suas finalidades, não será visto como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de luta. Em nossa concepção, o fim da educação é a formação da consciência crítica, predominando a idéia de liberdade.

Não cabe a ninguém impor ao professor o que ele deve ensinar. É necessário discutir, dialogar com ele sobre o que ele precisa ser, para ensinar/aprendendo.

É com base nessa visão de escola que temos reafirmado em nossos congressos as seguintes posições:

- Uma escola democrática, onde os conselhos de escola, democraticamente eleitos, com poder deliberativo, tenham como tarefa central a elaboração dos planos de educação, com a participação dos trabalhadores.
- Uma escola descentralizada, crítica, criativa, autônoma, cabendo ao Estado a execução desses planos, através da aplicação de recursos financeiros suficientes e controlados pela comunidade escolar. Essa descentralização deverá ser articulada com as linhas gerais de um plano de educação mais amplo, nacional, para evitar a regionalização.
- Uma escola de tempo integral, que tenha no trabalho seu princípio educativo e que possa superar as dicotomias entre o trabalho manual e intelectual, a teoria e a prática, a formação geral e a formação profissional.

### Finalidade da escola que queremos

Que propicie o desenvolvimento da criatividade do aluno, garantindo uma compreensão dos fenômenos históricos, científicos e sociais.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## O Plano Collor para a educação

O Plano Collor não atende às necessidades da escola que queremos e, portanto, deve ser rejeitado. Devemos:

- repudiar o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação” e reforçar as bandeiras sindicais e educacionais;
- manter o ensino de 3º grau gratuito com ampliação das verbas;
- denunciar e exigir transparência nos acordos com organismos internacionais;
- ampliar o movimento pela alfabetização concreta, envolvendo sindicatos, CNTE, CUT, realizando atividades amplas para complementação deste movimento.

## Bandeiras e lutas

- Mais verbas para a Educação.
- Verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas.
- Contra o pagamento da dívida externa.
- Taxação e fiscalização sobre o grande capital.

## LDB

É certo que a nova LDB não é aquela dos nossos sonhos. Ela é resultado do acúmulo de esforços conseguido numa conjuntura desfavorável ao conjunto dos trabalhadores. Com certeza, foi com a intervenção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB que conseguimos reverter uma correlação de forças adversa aos interesses da escola pública, construindo um processo democrático de discussão e conquistando um projeto de LDB progressista. No entanto, analisando o resultado das eleições do novo Legislativo, ainda mais conservador, temos clareza de que somente através de redobrados esforços e com muita mobilização conseguiremos manter nossas atuais conquistas em busca de uma escola pública de qualidade, democrática, laica, para todos, em todos os níveis.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Trabalhadores rurais

### **O perfil do desenvolvimento capitalista no campo**

A dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura reveste-se de mudanças tanto no padrão tecnológico quanto na constituição da classe trabalhadora do meio rural e de suas lutas.

Nas últimas décadas ocorreram significativas mudanças na base produtiva, levando a uma especificação da produção, com as culturas tradicionais dando lugar a outras culturas de maior aceitabilidade no mercado internacional.

Esse processo, além de agravar a concentração de renda e dos meios de produção no campo, gerou uma enorme diversidade de trabalhadores rurais que progressivamente são submetidos à dinâmica do capital.

Nesse período, o Estado foi o principal incentivador desse modelo, através do crédito rural subsidiado e dos incentivos fiscais que, em grande parte, beneficiaram e consolidaram uma burguesia rural representada pelos grandes proprietários de terra.

### **A diversidade dos trabalhadores rurais**

A diversidade é resultante do processo de modernização, onde a agricultura ganha novas funções no processo de reprodução capitalista, e das formas de organização e resistência dos vários segmentos de trabalhadores rurais.

Ao analisarmos as condições atuais de trabalho no campo é necessário, além de caracterizar a diversidade dos segmentos dos trabalhadores, considerar a diferenciação entre esses segmentos nas diferentes regiões do país, uma vez que esses aspectos interagem na organização e no desenvolvimento da ação sindical.



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## Plano de ação

Na elaboração do plano geral de ação, além de considerar os aspectos anteriormente citados, devemos contemplar para o próximo período

– 1991 a 1994— os grandes eventos que acontecerão no país e que dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores:

- Em 1991, especificamente para os trabalhadores rurais, acontecerá o 5º Congresso da Contag.
- Para 1992 estão previstos dois grandes eventos: a ECO/92 e os 500 anos de descobrimento da América.
- Em 1993 está prevista a revisão constitucional, que deverá merecer uma atenção especial da classe trabalhadora.
- Finalmente, em 1994, o grande acontecimento político será a sucessão presidencial.

## Assalariados rurais

- Organizar os assalariados de todas as culturas e regiões do país.
- Organizar campanhas salariais massivas pelo cumprimento das normas (acordos, convenções coletivas e sentenças normativas).
- Lutar pela imediata unificação das datas-base no Nordeste.
- Propor uma pauta nacional para os canavieiros.
- Avançar na proposta de negociação nacional articulada.
- Envolver o máximo de trabalhadores nas pautas de negociação.
- Assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas e constitucionais já conquistados.

## Pequenos agricultores

- Definir um projeto alternativo de política agrícola que tenha como eixo o seguro e o crédito rural.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

- Articular os pequenos produtores, os chamados integrados, na perspectiva de organizar negociações coletivas com as agroindústrias.
- Avançar na definição de uma política nacional do movimento sindical em relação ao cooperativismo e ao associativismo.
- Incentivar o uso de tecnologias apropriadas.
- Exigir dos órgãos públicos o fornecimento de sementes melhoradas e em condições prioritárias para os pequenos agricultores.
- Exigir prioridade dos recursos dos fundos constitucionais (FNO, FCO e FNE) para os pequenos agricultores.
- Garantir que a terra não seja executada judicialmente devido aos empréstimos bancários.

### **Luta pela terra e pela reforma agrária**

- Emissão de posse de todas as áreas com processos em andamento.
- Assentamento imediato de todas as famílias acampadas.
- Expropriação da área total dos que praticam crimes contra os trabalhadores rurais, cultivam plantas psicotrópicas ou favoreçam a propagação das drogas.
- Liberação imediata de recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.
- Assentamento das famílias de sem-terra nas suas regiões de origem.
- Buscar a unidade de ação com o MST.
- Liberdade imediata para todos os presos em razão da luta pela reforma agrária.
- Demarcação imediata de todas as áreas indígenas.
- Implantação imediata das reservas extrativistas na Amazônia, nas áreas indicadas pelos trabalhadores.



## **Povos da floresta**

- Criação e implementação imediata de reservas extrativistas na Amazônia em áreas indicadas pelos trabalhadores.
- Defesa do direito à autodeterminação das nações indígenas.

## **Combate à violência no campo**

- Que o movimento sindical priorize a organização de seguranças, criando comissões de combate à violência.
- Pela apuração dos crimes.
- Denúncia na sociedade das violências cometidas.

O combate à violência no campo deve envolver toda a sociedade, eliminando as ações criminosas e a repressão política, como é o caso da prisão de lideranças rurais envolvidas na luta pela terra.

Devemos, portanto, combater qualquer ação isolada e localizada e investir nas ações de massa, contínuas e crescentes, envolvendo a sociedade civil organizada e a opinião pública nacional e internacional, visando eliminar as ações repressivas e criminosas contra os trabalhadores rurais.

As ações de massa devem ser coordenadas por comissões de combate à violência, nas instâncias orgânicas da Central, desenvolvendo formas de segurança nas áreas de conflitos junto às lideranças sindicais.

## **Planvasf**

### **– Plano Nacional do Vale do São Francisco**

A CUT Nacional deve orientar as CUTs estaduais para que incluam em seus planos de lutas, como prioridade, a questão do Vale do São Francisco no que se refere ao Planvasf. Além disso, deve fazer um estudo deste plano para convocar as CUTs a realizarem um encontro e aprovarem um Plano de Luta conjunta.

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**



Parlamentares de esquerda também devem tomar conhecimento do Planvasf para que possam lutar junto com os trabalhadores.

### **Fim à impunidade**

- Exigir a apuração de todos os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais.
- Agilizar ações contra os Estados e a União, responsáveis pela segurança.
- Formar comissões de combate à violência, nas instâncias estaduais e nos sindicatos.
- Responsabilizar criminalmente os patrões que obrigam os trabalhadores a aplicar produtos químicos sem a mínima proteção, segurança e garantia de vida.
- Denunciar em nível nacional e internacional os descumprimentos trabalhistas, o trabalho escravo e a violência contra os trabalhadores rurais.
- Denunciar as ameaças de morte contra os trabalhadores.
- Intervenção, auditoria e correição nos cartórios públicos nas comarcas com conflitos agrários, bem como nos fóruns que paralisam ou arquivam processos de crimes contra trabalhadores rurais.

### **Finanças**

A política de centralização das contribuições dos sindicatos para com a CUT foi positiva mas ainda não resolveu algumas dificuldades, principalmente na questão da distribuição dos recursos. Por isso:

- A anuidade dos pequenos agricultores será de meio salário mínimo, podendo ser recolhida em produtos.
- Para os assalariados rurais, descontar em folha de pagamento o percentual de 1% a 3% do salário mínimo.



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

## Organização sindical

- Avançar politicamente na implantação e consolidação da CUT no campo, analisando a realidade de cada região e Estado de acordo com as experiências de luta e as formas de organização.
- Desmunicipalizar as lutas e constituir sindicatos com bases regionais e estaduais, através da articulação por frente de lutas sob uma direção política comum visando a construção de um projeto classista.

## Sobre a questão da mulher trabalhadora

Com base nas propostas do 2º Encontro Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora, os delegados ao 4º Concut aprovaram as seguintes reivindicações e bandeiras de luta:

### 1. Trabalho

Salário igual para função igual; acesso a todas as funções dentro de uma mesma empresa; fim da revista ao corpo e bolsas nos locais de trabalho; reconhecimento do trabalho das mulheres rurais como profissional; acesso ao bloco de produtora rural; direito das trabalhadoras rurais ao título de posse da terra e à aposentadoria; fim da exigência dos atestados de esterilização e de testes de gravidez para fins de admissão; estabilidade da mulher após o término da licença-maternidade; lutar por equipamentos coletivos e públicos (restaurantes, lavanderias etc.).

### 2. Creche

Creche para todos, como direito da criança e dever do Estado e das empresas, com o controle dos trabalhadores e trabalhadoras: retomar com maior vigor a campanha de luta por creche; conscientizar os homens sobre a importância desta reivindicação; organizar creches durante todos os eventos realizados pelos sindicatos e pela CUT, inclusive durante o 4º Concut; creche para os filhos/as dos funcionários/as de sindicatos e CUTs.

### 3. Saúde

Assistência integral à saúde da mulher; saúde preventiva; realizar campanha contra esterilização em massa das mulheres, legalização do aborto; afastamento nos três primeiros meses de gravidez de mulheres que trabalham com radioatividade, produtos químicos, em contato direto com o público.

### 4. Violência

Denunciar e combater a violência sexual às mulheres nos locais de trabalho.

Criação pela CUT de uma instância que apure as denúncias de discriminações de todos os tipos no interior das instâncias da Central (racial, religiosa, opção sexual e particularmente às que se referem às mulheres).

### 5. Gerais

Democratização da escola pública e melhores condições de ensino; revisão de conteúdos para superar estereótipos e preconceitos em relação aos papéis sociais de homens e mulheres.

Aposentadoria por tempo de serviço.

Reforma agrária sob controle dos trabalhadores e trabalhadoras.

Defesa dos meninos e meninas de rua.

Todas as bandeiras de luta defendidas pela CUT.

### Participação e organização sindical das mulheres na CUT

#### Sindicalização

As campanhas de sindicalização promovidas pela CUT e por sindicatos devem contemplar conteúdos e materiais de propaganda considerando a diversidade de gênero. Os sindicatos e a CUT devem realizar inclusive campanhas de sindicalização dirigidas especificamente às trabalhadoras.







CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

### Formação

Inclusão da questão da mulher em todas as atividades de formação, inclusive nos programas das escolas sindicais da CUT; formação sobre a questão da mulher para militantes e dirigentes de ambos os sexos; participação proporcional em todas as atividades de formação da CUT de acordo com o número de mulheres na base das categorias.

### Vida cotidiana dos sindicatos e da CUT

Organizar creches em todos os eventos sindicais; atividades que levem em conta as possibilidades de horários também das mulheres; atividades sobre temas de interesse das mulheres; os sindicatos devem realizar pesquisas sobre o perfil das mulheres na categoria para subsidiar sua ação sindical.

### Organização do trabalho sobre as mulheres

A CUT deve orientar suas instâncias a cumprirem as resoluções congressuais relacionadas à mulher trabalhadora, inclusive a criação das comissões sobre a mulher trabalhadora; a CNQMT deve abrir um amplo processo de discussão a respeito da melhor forma de estruturar o trabalho sobre as mulheres trabalhadoras (comissões, secretarias etc.).

### Participação das mulheres nas direções

Aprofundar a discussão sobre as quotas de participação das mulheres nas instâncias de direção e representação da CUT, a exemplo de experiências de centrais sindicais de outros países.

Nesse sentido:

1. O 4º Concut iniciou a abertura do processo de discussão sobre as quotas, como um dos mecanismos de ampliação da participação das sindicalistas nas instâncias de direção e decisão da Central.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

2. A Direção Nacional, em conjunto com a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, deve estabelecer um calendário de discussão e debates com as instâncias da Central, com o objetivo de aprofundar o tema. Este calendário será efetivado no período entre o 4º Concut e a próxima Plenária Nacional (estatutária), incluindo eventos nacionais, entre eles o 3º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

3. A Plenária Nacional, acima referida, deliberará sobre a questão.

### Enfrentar o problema social do aborto

No Brasil a questão do aborto atinge de forma aguda as mulheres da classe trabalhadora. Segundo estimativa do Banco Mundial, são realizados anualmente 4 milhões de abortos, morrendo, ou ficando com seqüelas à sua saúde, em consequência, 400 mil mulheres. Em nosso país o acesso às formas e aos métodos contraceptivos, assim como a qualquer direito social, está condicionado à situação de classe. A maioria das mulheres brasileiras não tem acesso a informação suficiente e segura sobre os métodos contraceptivos existentes, suas vantagens e os riscos à saúde, além de não haver uma política de saúde pública que assegure o acompanhamento médico sistemático exigido. Em função disso, são as mulheres da classe trabalhadora que ficam sujeitas à gravidez indesejada por falta de condições econômicas e sociais para a criação dos filhos ou outros motivos de ordem pessoal, ou se vêem obrigadas a abortos clandestinos, nas piores condições de atendimento e higiene, efetuados por pessoas não qualificadas e com objetivo de enriquecimento mercenário à custa da saúde das mulheres.

Os resultados são o risco de vida, a morte de milhares delas, as seqüelas permanentes no organismo, a infertilidade ou estado de enfermidade crônica, além de profundo desgaste psicológico e emocional.

No Brasil o planejamento familiar tem sido tratado pelos governos como uma questão de segurança nacional, submetido às imposições de contenção de gastos públicos feitas pelo FMI, e que se traduz no corte de verbas para políticas sociais, arrocho salarial e redução das populações pobres e miseráveis. Não





CUT  
CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



existe uma política pública de planejamento familiar séria e responsável que ofereça à população orientação coletiva e segura sobre métodos contraceptivos com garantia de acompanhamento médico. Há, sim, uma política de controle da natalidade disfarçada, realizada em grande parte por entidades financiadas por capital estrangeiro, que funcionam no país sem controle ou fiscalização da sociedade e impõem às mulheres métodos contraceptivos sem respeito à sua opção ou sem preocupação com a adequação dos mesmos à sua saúde, atuando fundamentalmente com a distribuição de pílulas anticoncepcionais e esterilização, que atinge índices alarmantes em nosso país.

A CUT reafirma seu posicionamento contrário a qualquer forma de imposição do Estado na definição do planejamento familiar. Defende o acesso democrático da população à informação e ao uso de métodos contraceptivos, a garantia de atendimento integral e público à saúde e ao acompanhamento médico permanente e de qualidade nos postos e centros de saúde.

A questão do aborto e do planejamento familiar faz parte da discussão sobre a saúde e os direitos globais da mulher, não podendo ser desvinculada desta perspectiva mais geral. O aborto não é método contraceptivo, mas o último recurso para a mulher que enfrenta uma gravidez indesejada. Por colocar em jogo a saúde das mulheres da classe trabalhadora, a CUT, que defende os direitos das mulheres à livre opção pela maternidade e o atendimento integral à saúde, defende a descriminalização e a legalização do aborto, que é crime, conforme o Código Penal Brasileiro. Nenhuma mulher pode ser criminalizada pela sua prática.

A CUT deve, também, fortalecer o processo de discussão sobre esta questão, visando ampliar a conscientização de todos os trabalhadores e trabalhadoras a respeito desta posição.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Mercosul

### A atuação da CUT frente ao Mercosul

#### I – O que é o Mercosul

Em 1986, os governos do Brasil e da Argentina deram início a um processo de integração econômica gradual, flexível e progressivo, com ênfase na integração intra-setorial – setor a setor e, mais que isso, produto a produto

– dentro dos marcos da Associação Latino Americana de Integração – ALADI.

Durante o período de 1986 a 1989 foram firmados 24 protocolos: comerciais – envolvendo fundamentalmente os setores da indústria metalúrgica e de alimentação; científico-tecnológicos; de infraestrutura, de articulação estrutural e outros – cultural, regional, fronteiriço.

Ainda no ano de 1986 foram realizados os acordos bilaterais entre Argentina e Uruguai e firmados acordos semelhantes entre Brasil e Uruguai. E, a partir de 1990, o Paraguai começou também a participar de algumas iniciativas.

Com a posse de Menem e Collor o processo foi acelerado. No dia 26 de março de 1991 foi assinado o Acordo Marco, estabelecendo a constituição do Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul –, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, prevendo-se sua plena constituição a partir do dia 1º de janeiro de 1995.

O Mercosul, tal como foi proposto, segue as linhas tradicionais dos processos de integração e estabelece fundamentalmente uma zona de livre comércio, deixando em segundo plano as questões produtivas e tecnológicas e desconhecendo absolutamente a questão social.

Diferentemente do Acordo de Integração Brasil-Argentina, o tratado do Mercosul abará todo o universo de produtos dos quatro países, começando com a desgravação alfandegária de modo gradativo de



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



quase todos os produtos comerciais, alcançando a tarifa zero em 1995.

Desta forma o processo adquiriu novas características, passou a ser gradual, não-flexível e simultâneo.

Nos documentos prévios e no princípio Acordo Marco estão previstos também os organismos de gerenciamento do processo: o Conselho do Mercado Comum (órgão superior de condução política do processo), que se reunirá pelo menos uma vez por ano com a presença dos presidentes; o Grupo Mercado Comum (órgão executivo), integrado pelos ministérios de Relações Exteriores, da Economia e bancos centrais dos três países, e ainda uma Comissão Parlamentar Conjunta Brasil-Argentina-Paraguai-Uruguai, que terá como objetivo o estudo dos projetos de acordos específicos antes de seu envio aos respectivos poderes legislativos, devendo transmitir suas recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

A exemplo do processo percorrido pela Europa, é difícil conceber a constituição de um mercado comum numa economia aberta. Até hoje ainda é muito forte a política de subsídios da Comunidade Econômica Européia, haja vista o fracasso da roda do GATT. Como imaginar que isso possa ocorrer com a política de abertura de mercado que os governos brasileiro e argentino vêm adotando?

Outro componente a ser agregado a um possível cenário é o acordo parcial de livre comércio assinado no dia 19/6 entre o Mercosul e o governo dos EUA. Sem dúvida interferirá no processo em curso, além de constituir-se em um possível ponto de partida para a integração entre América do Norte e América Latina.

Em meio às transformações mundiais, o atual processo de integração realiza-se num momento de indefinição das relações que deverão prevalecer entre os países ricos do Norte e os países do Sul. Tais indefinições prejudicam a plena reinserção da América Latina no mercado mundial e impedem uma solução para o problema da dívida externa – dois fatores fundamentais do processo de integração.

A forma como o atual processo de integração vem sendo conduzido – sem consulta às populações envolvidas, restringindo-se à liberação das fronteiras comerciais e beneficiando sobretudo as empresas transnacionais presentes na região – é inaceitável para os trabalhadores e o movimento sindical.

No Brasil os empresários têm sido consultados pontualmente apenas na confecção das listas comuns





de produtos, e principalmente os setores empresariais médios têm reivindicado uma instância organizada de participação.

Os trabalhadores não têm sido considerados sob nenhum aspecto e até hoje o governo não forneceu nem as informações solicitadas. A participação dos sindicatos nesse processo é fundamental para questionar o método e a forma como a integração vem sendo desenvolvida, os aspectos sociais que envolve e principalmente o fato de que desta forma não produzirá uma melhor distribuição de renda ou um desenvolvimento social na região.

### II– As respostas sindicais

É possível levantar antecipadamente possíveis conseqüências diretas para os trabalhadores, entre as quais destacamos: a perda de postos de trabalho devido à concorrência que se estabelecerá entre as empresas; poderão haver processos de reconversão e/ou desaparecimento de muitas delas; a piora das condições de trabalho, através da política de contenção e mesmo rebaixamento salarial; debilitamento financeiro da previdência social e rebaixamento da política de benefícios; rebaixamento nas condições de trabalho; possível extensão da tendência já existente de flexibilização de direitos; alteração da correlação de forças entre patronato e trabalhadores; desregulamentação das relações coletivas (legislação, contrato, convenção coletiva).

A CUT defende que a integração das economias dos países da América Latina deve priorizar a solução dos problemas sociais, das desigualdades de distribuição de renda e contribuir para a construção de sociedades democráticas.

A CUT considera inadmissível a forma antidemocrática e anti-social de condução desse processo e entende que os objetivos colocados pelos trabalhadores só poderão ser viabilizados se a sociedade organizada tiver plena participação na sua concepção e gestão.

A CUT defende que o movimento sindical deve assumir imediatamente a responsabilidade de intervir no



curso do processo, participando de fóruns sindicais em nível regional e exigindo participação nos organismos de decisão e gestão do processo.

### III– Resoluções

A CUT integra a Coordenadora do Cone Sul, composta pelas centrais sindicais de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, apoiada pela ORIT, e que estabeleceu como uma de suas prioridades a questão do Mercosul. A CUT deve realizar esforços para que a Coordenadora do Cone Sul crie as condições necessárias para que esse programa seja efetivado.

Além disso, a CUT vem participando de um programa de encontros e seminários com as centrais sindicais de Uruguai, Paraguai e sindicatos argentinos há quase três anos, buscando conhecer as dimensões do processo de integração, seus reflexos econômicos e sociais, já tendo dado os primeiros passos rumo a uma proposta comum de ação sindical. O programa de trabalho envolve atividades na região de fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), alguns setores econômicos como agroindústria, rurais, metalúrgicos e transportes, bancários e eletricitários; envolve também algumas empresas binacionais e/ou multinacionais, como é o caso de Itaipu, Autolatina e indústria automobilística em geral.

As reivindicações abaixo deverão ser apresentadas ao governo, bem como as propostas deverão ser apresentadas às demais centrais sindicais envolvidas na construção do mercado do Cone Sul.

### **Reivindicações**

I. Democracia política, garantias de preservação dos direitos fundamentais, direito de participação nos organismos de deliberação e consulta, na definição de políticas sociais e trabalhistas.

a) Reivindicar imediatamente do governo a constituição de uma comissão de acompanhamento do Mercosul composta por parlamentares, empresários, Executivo e as centrais sindicais.





• Para cada setor econômico envolvido deve ser constituída uma subcomissão, composta por representantes do governo, dos setores empresariais e dos sindicatos.

b) Propor aos companheiros das centrais sindicais dos outros países envolvidos apresentação de uma reivindicação conjunta aos quatro governos de representação sindical no Conselho do Mercado do Cone Sul (assim como também deve haver a representação parlamentar e empresarial).

• Constituição formal de conselhos ou comissões por setores econômicos, também com a participação dos governos, representações empresariais e sindicais.

c) Promover imediatamente uma reunião das centrais sindicais dos quatro países para a elaboração de uma carta social de direitos, a ser apresentada ao Conselho do Mercado Comum. A reunião poderia ser convocada no âmbito da Coordenadora do Cone Sul.

2. Direitos sindicais e trabalhistas – participação imediata dos representantes das centrais sindicais e das entidades empresariais dos quatro países no grupo de trabalho que elaborará projeto de normas trabalhistas e previdenciárias. Os princípios que devem nortear a elaboração das normas sociais (trabalhistas) devem ser:

a) Garantia de proteção trabalhista e social compatível com as normas internacionais; definição das normas com base nas legislações já existentes, com uma preocupação de elevação do nível atual e não de unificação pelo patamar mais baixo; estabelecimento de garantias para a realização de negociações coletivas internacionais; igualdade de tratamento para todos os trabalhadores.

b) Exigência de ratificação pelos quatro países dos convênios internacionais adotados pela OIT, que





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

garantem um nível mínimo de proteção dos direitos sindicais, salários, negociação coletiva e condições de trabalho (Convenções 11, 87, 98, 141, 151 e 154). Já existe uma decisão dessa natureza na Comissão Assessora Laboral da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

c) Constituição de fundos que assegurem o recebimento de direitos trabalhistas – em caso de falência ou fechamento de empresas, devido às consequências da integração.

d) Direito de informação— estabelecimento de consulta prévia às representações sindicais e acesso às informações necessárias, no caso de introdução de inovações tecnológicas e outros processos que afetem o emprego e as condições de trabalho.

### Ações imediatas

a) Promover seminários e conferências no Brasil tendo como preocupação inicial a democratização do processo e a ampliação da participação dos trabalhadores.

b) Continuidade do Grupo de Trabalho sobre o Mercosul, sob a coordenação das Secretarias de Política Sindical e de Relações Internacionais, visando o aprofundamento de diagnósticos, a definição de políticas setoriais e o maior estreitamento entre as centrais sindicais dos países envolvidos.

c) Publicação de textos informativos e elaborações já produzidas, para socialização das informações em toda a estrutura da CUT.

d) Continuidade do programa de encontros e seminários que vem sendo desenvolvido pelo coletivo formado por CUT, PIT/CNT, CUT-Paraguai e sindicatos argentinos.

Frente a isso o 4º Concut propõe:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



- O 4º Concut assume uma posição clara de denúncia sobre o caráter antipopular deste projeto de integração.
- Que a CUT crie condições, juntamente com outros setores da sociedade civil, para garantir a mais ampla discussão sobre as conseqüências do projeto de integração, e exigindo transparência e mecanismos democráticos para decidir sobre esse projeto.
- Que desde já a CUT mobilize pela adoção de medidas econômicas que neutralizem os importantes efeitos negativos da integração nesses marcos.
- Que a Direção Nacional crie condições para o aprofundamento da discussão entre os trabalhadores, articulando as categorias atingidas e o conjunto do movimento sindical, reforçando o trabalho que já vem sendo desenvolvido.
- Que se mantenha um processo de discussão permanente com os trabalhadores e movimentos sindicais de todos os países envolvidos no “tratado”, bem como com os demais países da América do Sul.

### Meio ambiente e desenvolvimento

Em 1992 será realizada no Brasil a 2ª Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente – Unced/92. Além da conferência oficial, da qual participarão todos os países membros da ONU, ocorrerá a conferência paralela com a participação de várias entidades e movimentos sociais, que conta também com o apoio das Nações Unidas.

Para o Brasil, esse evento assume grande importância, uma vez que o atual quadro de degradação ambiental está diretamente relacionado com a forma de desenvolvimento econômico e social adotado pelo país desde o pós-guerra.

A chamada “modernização conservadora” sempre foi excludente e caracterizou-se pelos baixos salários, pela alta concentração da renda e da terra, pelo aumento da miséria, pela urbanização e migração desordenadas e pela deterioração da qualidade de vida na cidade e no campo.





Na concepção mais ampla do termo meio ambiente, que engloba tanto os recursos naturais como também a qualidade de vida das pessoas, podemos observar que esses processos causaram grandes danos ao ambiente, seja pela utilização predatória dos recursos naturais para atender aos interesses dos grandes grupos nacionais e internacionais, seja pela forma de ocupação espacial e crescimento desorganizado das indústrias, seja ainda pela crescente marginalização de amplos setores da sociedade. Além disso, a forma de iniciação dos países do “Terceiro Mundo” à economia internacional também trouxe graves prejuízos ao meio ambiente. A divisão internacional do trabalho relegou aos países subdesenvolvidos o papel de exportadores de matérias-primas e outros produtos acabados e transferiu essas indústrias altamente poluidoras, sujeitas a severos controles de poluição nos seus locais de origem.

A forma perversa das relações Norte/Sul pode ser verificada pelo consumo mundial de energia e de matéria-prima. Os países capitalistas avançados, que detêm 20% da população mundial, consomem 80% de toda essa produção. Nesse momento em que as atenções se voltam para a definição de uma estratégia global de desenvolvimento (que garanta a preservação ambiental e a qualidade de vida), é importante que a CUT, juntamente com outras representações sociais, participe desse debate atuando no sentido de definir propostas que:

- a) modifiquem o atual sistema de relações internacionais.
- b) revertam o atual quadro de miséria e exclusão social nos países do Terceiro Mundo.
- c) apontem para alternativas de desenvolvimento que redefinam as atuais condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da cidade e do campo.

### Plano de ação

#### Interno

- Estimular a participação de todos os sindicatos nos debates e eventos relacionados à temática ambiental.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

- Fomentar a criação de comissões de trabalho sobre meio ambiente nos sindicatos.
- Criar comissões em todas as CUTs estaduais, a exemplo da comissão da CUT Nacional, a fim de subsidiar as ações da Central relacionadas a temas como o modelo de desenvolvimento econômico, a dívida externa e os projetos de reconversão ambiental, as condições de saúde e de trabalho no ambiente de trabalho, o modelo de desenvolvimento agrícola e agrário e os ecossistemas (Amazônia, Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica etc.)
- Estimular a participação de todas as instâncias da Central em eventos e debates sobre a questão ambiental, numa perspectiva de ação sindical a médio e longo prazos.
- Atuar em conjunto com os movimentos sociais no sentido de elaborar propostas que visem garantir uma melhor qualidade de vida para o conjunto dos trabalhadores.

### Externo

- Convocar uma conferência sindical articulada com o movimento social brasileiro sobre desenvolvimento e meio ambiente antes da realização da ECO/92.
- Articular com o movimento sindical internacional uma conferência internacional do movimento sindical sobre desenvolvimento e meio ambiente.
- Participar ativamente no fórum da sociedade civil brasileira preparatório à conferência paralela de 1992.
- Contribuir para a mobilização da sociedade sobre a importância do tema e da sua relação com as questões sociais.

## MANIFESTOS

### A impunidade da violência no campo envergonha a nação

A cada três dias é assassinado um trabalhador rural no Brasil, nos últimos cinco anos. Essa rotina macabra é mantida graças à impunidade de mandantes e pistoleiros: do golpe militar até hoje foram registradas 1.630 mortes em conflitos, resultando em 24 processos concluídos, dos quais somente em três os mandantes foram condenados.

Os dados estatísticos indicam a possibilidade de ter ocorrido, durante este congresso, o assassinato de um trabalhador rural.

As mortes se repetem na luta pela terra. O ano de eleições municipais de 1988 contabilizou 102 mortes, em 680 conflitos, envolvendo 687 mil pessoas e um total de 20 milhões de hectares – o equivalente a toda a área agricultável do Rio Grande do Sul.

Vamos deixar essa situação se repetir em 1992?

Existem mortes e mortes no campo. Existem as mortes anunciadas de lideranças sindicais, religiosos e advogados. Estas são assassinatos contratados tendo como alvo principalmente sindicalistas. Um total de 53 dirigentes sindicais foram assassinados a mando nos últimos cinco anos.

Margarida Alves, Nativo da Natividade, Sebastião Lan, Expedito Ribeiro, Chico Mendes, Benedito Bandeira são alguns entre os muitos nomes de gente que tombou na luta sindical.

A concentração da terra gera o poder do latifúndio, e este mantém a sua impunidade com o dinheiro. Os dados de 1985 dão conta de que quase a metade do Brasil rural é propriedade de 50 mil fazendeiros. Do outro lado da cerca há 4,5 milhões de trabalhadores sem terra e 3 milhões com pouca terra.

A impunidade existe também por omissão, conivência e participação das autoridades, legalmente encarregadas de manter a ordem e fazer justiça. São conhecidos os casos de ações conjuntas da polícia e pistoleiros, em prisões ilegais, despejos e até em enfrentamentos que às vezes resultam em mortes.



O Poder Judiciário atua de acordo com os seus vínculos de classe, chegando a substituir as ações ilegais e violentas dos latifundiários por outras com respaldo jurídico. No ano passado ocorreram 2.500 despejos judiciais em todo o país, superando as 1.700 expulsões arbitrárias realizadas por fazendeiros com o auxílio da polícia e de pistoleiros.

Há que se destacar a tragédia das nações indígenas. São expulsas de suas terras, contaminadas por doenças fatais e têm a sua cultura secular destroçada. O drama dos índios jovens da tribo Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, levados ao suicídio, com 16 mortes no ano passado, ilustra dolorosamente a situação.

A violência no campo tem o contraponto moderno, empresarial do capitalismo agroindustrial brasileiro entre os cinco maiores e mais desenvolvidos do mundo, investindo milhões de dólares em biotecnologia e no mercado internacional de alimentos. Esse modelo agrícola, concentrador de terra, tecnologia, crédito e renda expulsou 30 milhões de pessoas da área rural nos últimos 30 anos, população equivalente à da Argentina.

Esse é o lado da violência civilizada, que transforma pequenos produtores em desempregados na periferia das cidades, assalaria 5,5 milhões de trabalhadores mas assina a carteira de apenas 20% deles e utiliza trabalho escravo nas regiões mais distantes.

A região Centro-sul, dita civilizada, também apresenta conflitos, inclusive com mortes. A polícia reprime com violência no interior e nas capitais, como no episódio em Porto Alegre, RS, envolvendo integrantes do Movimento dos Sem-Terra.

Onde a agricultura é mais moderna é também onde acontecem mais acidentes com caminhões de transporte de bóias-frias e de utilização de agrotóxicos. É onde continuam envenenando trabalhadores, nas lavouras empresariais, nos rios, lagos e solos.

O desenvolvimento agrícola privilegiando o latifúndio não resolveu e nem vai resolver a questão da fome. O Brasil está entre os cinco países mais famintos do mundo e detém o triste destaque de possuir os maiores plantadores individuais de grãos do mundo. Nossos latifundiários empresariais cresceram com subsídios, mas produzem em função dos dólares.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



A pequena produção vai sendo liquidada em leilões judiciais. Somente no governo Sarney, da reforma agrária anunciada, mudaram de dono 100 mil pequenas propriedades, passando para bancos credores. E no ano passado não houve uma única desapropriação de terra para assentamento de famílias sem terra.

O resultado da política agrícola que beneficia a agricultura capitalista, de médio e grande portes, pode ser medido de várias maneiras, entre elas pelos resultados das últimas safras.

A queda da produção agrícola das duas últimas safras obriga o governo a importar alimentos este ano em quantidade recorde, gastando recursos superiores a 2 bilhões de dólares, que poderiam ter sido utilizados para financiar a pequena produção. Essas questões afetam diretamente os trabalhadores urbanos, obrigados a gastar cada vez mais dinheiro com a compra de alimentos.

O excesso populacional nas grandes cidades, com mais pessoas disputando transporte, empregos e habitação, tem contribuído decisivamente para a queda progressiva da qualidade de vida dos trabalhadores. Nesses 20 anos os aluguéis em São Paulo encareceram 180% em valores reais.

As discussões sobre a preservação ambiental, na ordem do dia com a ECO/92, precisam incorporar a punição dos latifúndios de pecuária da Amazônia, responsáveis por grande parte da depredação que nesse período de 20 anos já superou em área o tamanho do Estado de São Paulo, trocando florestas por capim e bois.

Essas empresas utilizaram recursos públicos para investir, mas 90% delas não chegaram a realizar os seus projetos. É mais uma forma de sonegação do imposto de renda dos latifundiários com o apoio do governo e a omissão da sociedade.

Não há como separar a questão ambiental da concentração da terra, da luta contra a impunidade e pela reforma agrária. Hoje, mais do que nunca, é fundamental lutarmos pela realização da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE







*Libertação imediata de todos os trabalhadores rurais presos em conflitos!*  
*Libertação imediata de todos os trabalhadores rurais presos políticos!*  
*Punição imediata de todos os mandantes e assassinos!*  
*Fim à impunidade e à violência no campo!*

### **Manifesto das organizações internacionais presentes ao 4º Concut**

Todas as delegações internacionais presentes no 4º Concut saudamos e felicitamos o Congresso, em particular todos os companheiros rurais aqui presentes. Estamos aqui também para protestar duramente contra a constante e permanente repressão e violência que os latifundiários, seus jagunços e o governo continuam exercendo sobre os trabalhadores rurais.

Somente nos últimos cinco anos (1985 a 1989) foram mais de 3.800 conflitos de terra e trabalhistas, que envolveram 4.128.838 pessoas em mais de 88 milhões de hectares de terra. A consequência de tudo isso são 640 pessoas assassinadas no mesmo período, além dos inúmeros casos de torturas, trabalho escravo, agressões físicas, seqüestros e ameaças de morte.

Nos primeiros meses deste ano já se contavam 17 assassinatos no campo e, até hoje, 190 pessoas ameaçadas de morte, envolvendo trabalhadores/as rurais, dirigentes sindicais, índios, religiosos/as e advogados.

A tudo isso são acrescentadas as novas formas de violência, relacionadas aos processos de modernização, como, por exemplo, os danos à saúde dos trabalhadores/as por uso de agrotóxico, envolvendo muitas vezes mulheres e crianças utilizadas na distribuição manual desses venenos.

Outro aspecto a ser denunciado são as violências e discriminações contra as mulheres trabalhadoras rurais, que, além de sofrer cada dia mais com as pressões dos capatazes e patrões, são muitas vezes forçadas a submeter-se a esterilização antes de serem empregadas, isso sobretudo depois da Constituição

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



de 1988, que garante a extensão do direito à maternidade.

Todas essas formas de violência, os milhares de trabalhadores e sindicalistas assassinatos, as centenas de ameaçados e perseguidos representam uma vergonha para este país, no momento em que vamos entrar no terceiro milênio.

Basta!

Vocês aqui e nós todos juntos não vamos tolerar mais que a Justiça brasileira continue com a dramática fama de não punir os verdadeiros culpados. Basta de impunidade. Justiça tem que ser feita. Agora.

Nós escutamos muito falar de modernização deste país.

Companheiros, a modernização começa por uma real distribuição da terra. É um grave insulto à humanidade que milhões de hectares de terra continuem improdutivos e milhões de pessoas correndo o risco de morrer de fome.

O governo Collor, que vai recepcionar no ano que vem a Conferência Mundial do Meio Ambiente, tem a obrigação ética e política de responder pelo assassinato de Chico Mendes e de todos os camponeses que morreram na luta pela terra. Chico Mendes é nosso mártir. É o mártir dos trabalhadores. Que ninguém se atreva a instrumentalizá-lo.

Companheiros do 4º Concut, nós estamos aqui firmes ao vosso lado na denúncia internacional de todas as violações dos direitos humanos e sindicais praticadas pelos latifundiários e o governo Collor. Recebam a solidariedade ativa de todos os sindicatos e trabalhadores do mundo. As vossas duras lutas para transformar profundamente este país numa democracia social participativa, que ponha finalmente término ao drama da violência, distribuindo a terra a quem queira trabalhar. Por isso exigimos que sejam implementados pelo governo brasileiro:

- Cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Delimitação e demarcação das terras indígenas e das reservas extrativistas.
- Cumprimento das convenções internacionais do trabalho bem como da legislação brasileira.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- Cumprimento dos direitos garantidos pela Constituição de 1988.
- Garantia para o desenvolvimento das atividades de organização e mobilização dos trabalhadores rurais.
- Julgamento e punição imediata dos assassinos e mandantes das vítimas da violência no campo.
- Democratização do acesso à terra através de uma autêntica reforma agrária.

*Viva a CUT!*

*Viva a solidariedade internacional!*

*Viva os trabalhadores rurais!*

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





## DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL

### *Presidente*

Jair Meneguelli

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

### *Vice-presidente*

Avelino Ganzer

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém/PA

### *Secretário-geral*

Gilmar Carneiro

Sindicato dos Bancários de São Paulo/SP

### *Primeiro secretário*

Kjeld Aagaard Jakobsen

Sindicato dos Eletricitários de Campinas/SP

### *Tesoureiro*

Delúbio Soares de Castro

Centro de Professores de Goiás

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUI





*Primeiro tesoureiro*

José Maria de Almeida

Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais

*Secretário de Relações Internacionais*

Osvaldo Martinez Bargas

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

*Secretário de Política Sindical*

Durval de Carvalho

Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas/SP

*Secretário de Formação*

Jorge Lorenzetti

Associação Brasileira de Enfermagem/SC

*Secretária de Políticas Sociais*

Rosiver Pavan

APEOESP/SP

*Secretário de Organização*

José Olívio Miranda de Oliveira

Sindicato dos Engenheiros da Bahia

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





*Secretário de Imprensa e Divulgação*

Sérgio Barroso

Federação Nacional dos Médicos

*Diretores Executivos*

José Raimundo de Andrade (Dé)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirpirituba/PB

Vicente Paulo da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Gilmar Pedruzzi

Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas/RS

José Domingos Cardoso (Ferreirinha)

Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro/RJ

Miguel Rossetto

Sindicato dos Petroquímicos do Rio Grande do Sul

Paulo Skromov

Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria do Couro/SP

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Pedro Alcântara Moreira  
FASUBRA

Júnia S. Gouvea  
FENASPS

Cyro Garcia  
Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro/RJ

Wagner Gomes  
Sindicato dos Metroviários de São Paulo/SP

Renildo Souza  
Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador/BA

Antônio Carlos de Andrade  
FENASPS

Francisco Zoccolli  
Sindicato dos Servidores Públicos Federais/DF

Suplentes  
Luiz Antônio Martins (Gato)  
Sindicato de Processamento de Dados/RJ

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Aristóteles dos Santos (Toti)  
Sindicato dos Telefônicos de Minas Gerais

Luiz Fernando Silva  
FENASPS

Edvaldo Gomes de Souza  
Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco

João Salame Neto  
Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro

Afonso Schwengber  
Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul/RS

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

### Centrais mundiais

CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

CMT – Confederação Mundial do Trabalho

FSM – Federação Sindical Mundial

### Organizações regionais na América Latina

ORIT – Organização Regional Inter-Americana do Trabalho (Ciosl)

Clat – Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CMT)

Cpustal – Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina

### Centrais e federações nacionais

Alemanha

DGB – Federação dos Sindicatos Alemães



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Argentina

UOM— União Operária Metalúrgica

FNC – Federação Nacional dos Caminhoneiros

Bélgica

FGTB – Federação Geral do Trabalho da Bélgica

CSC – Confederação dos Sindicatos Cristãos da Bélgica

Brasil

CAT-CLAT – Coordenação Autônoma dos Trabalhadores – Central Latino-Americana do Trabalho

Canadá

CLC – Congresso dos Trabalhadores do Canadá

CSN – Confederação dos Sindicatos Nacionais – Quebec

China

FNSCH – Federação Nacional dos Sindicatos Chineses

Colômbia

CUT – Central Unitária dos Trabalhadores

Cuba

CTC – Central dos Trabalhadores de Cuba

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

Equador

Ceosl – Confederação Equatoriana de Organizações Sindicais Livres

Estados Unidos

AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho— Conselho das Organizações Industriais

UFCW – Federação Internacional dos Trabalhadores na Alimentação e Comércio (EUA/Canadá)

Espanha

CC.OO— Comissões Obreiras

UGT – União Geral dos Trabalhadores

França

CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho

CGT – Confederação Geral do Trabalho

Itália

CGIL— Confederação Geral Italiana do Trabalho

CISL – Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores

UIL – União Italiana do Trabalho

Fiom— Federação Italiana dos Trabalhadores Metalúrgicos

Japão

Zenroren



Moçambique

OTM – Organização dos Trabalhadores de Moçambique

Palestina

Federação dos Sindicatos da Palestina

Paraguai

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Portugal

CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical

UGT – União Geral dos Trabalhadores

San Marino

CDLS – Confederação Democrática dos Trabalhadores de San Marino

Uruguai

PIT-CNT – Plenário Intersindical dos Trabalhadores – Confederação Nacional dos Trabalhadores

Venezuela

CUTV – Central Unitária de Trabalhadores da Venezuela

CTV – Central dos Trabalhadores da Venezuela

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## Federações profissionais internacionais

FIT-CN – Federação Internacional dos Trabalhadores  
da Construção e Madeira – Oficina Regional Latino-Americana

FIT-Transportes – Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes

UITBB— União Internacional de Trabalhadores da Construção

Fittim – Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas

Uist – União Internacional dos Transportes

Fitpas— Federação Internacional dos Trabalhadores das Plantações Agrícolas

## Institutos sindicais

Iscos – Instituto Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento (Itália)

Projeto Sviluppo (Itália)

Ildes – Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico-Social (Brasil)



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



## Organizações internacionais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



# QUADRO GERAL DO CONGRESSO

Estado	Credenciados	Inscritos
AC	10	10
AL	27	27
AM	21	21
AP	2	2
BA	114	113
CE	46	46
DF	67	67
ES	39	39
GO	22	22
MA	17	17
MG	113	110
MS	6	6
MT	20	19
PA	56	55
PB	46	46
PE	73	73
PI	21	21
PR	40	40
RJ	116	115
RN	22	22
RO	14	14
RS	123	123
SC	77	77
SE	14	14
SP	424	423
TO	5	5
Exec. Nac	19	19
Total*	1554	1546

\* Dos quais 1.262 homens (81,63%) e 284 mulheres (18,37%).